


REVISTA IBEF[®]

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO XX - NÚMERO 109 - BIMESTRAL - 2024
www.ibefrio.org.br

A portrait of Eduardo Miranda, a man with a beard and short hair, wearing a dark blue polo shirt. He is looking directly at the camera with a slight smile. The background is a blurred office setting with windows.

**Eduardo Miranda, Sócio-Fundador e
Conselheiro Executivo da Tyr Energia**

- Pedro Dutra: Dois Planos e a Inflação
- Lucas Miglioli: A Nova Lei das Licitações
- Marcos Leta: Foodtech Fazenda Futuro conquista o mundo
- Marcos Gouvea de Souza: A quem não importa perder renda
- Estante: Netflix e a Cultura da Reinvenção



trem do
corcovado.rio




Venha viver essa *emoção!*

 **Horário de funcionamento:**

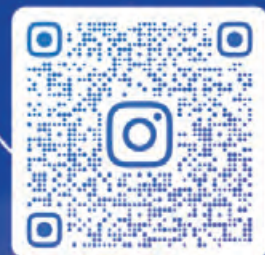
De seg. a sex. (exceto feriado): 8h às 17h

Sáb. dom. feriados: 8h às 18h

 @tremdocorcovado.rio  www.tremdocorcovado.rio

 Rua Cosme Velho, 513 - Cosme Velho

Seu passeio
começa aqui:



Vem aí a Bolsa de Valores do Rio



O Mubadala Capital, fundo soberano dos Emirados Árabes Unidos, está planejando abrir uma Bolsa de Valores no Rio de Janeiro, até o segundo semestre de 2025. A proposta é que a Bolsa do Rio opere em paralelo a B3 de São Paulo, que é atualmente a única Bolsa do Brasil. A intenção é atingir todos os mercados com ações e derivativos.

Essa iniciativa é importante para a economia da cidade e do próprio país que passará, a exemplo do que tínhamos no passado a contar com duas instituições fomentando o mercado de capitais. Nos USA as 3 Bolsas em operação (NYSE, Nasdaq e CME) atuam simultaneamente .

Boa leitura a todos, nessa que é a edição 109 da **Revista IBEF**.

Marcos Chouin Varejão - Abril 2024

Índice

EDITORIAL.....1 Marcos Varejão.	NACIONAL.....14 Após briga entre dono de padaria e consumidor, Floresp alerta para o uso inadequado de computadores em ambientes gastronômicos.	NACIONAL.....26 A evolução das embalagens sustentáveis: Voith e 4evergreen alliance impulsionam projetos inovadores.
CAPA.....2 Eduardo Miranda, sócio-fundador e conselheiro executivo da Tyr Energia.	DAY TRADE.....16 Coluna de informação.	ESTANTE.....27 Coluna sobre publicações editoriais.
INTERNACIONAL.....4 Economia mundial desacelera em 2024; Brasil terá queda ainda maior.	NACIONAL.....17 Suzano contrata CEO da Rumo.	NACIONAL.....28 Nova lei de licitações.
NACIONAL.....5 Marcos Leta, fundador da Fazenda Futuro.	OPINIÃO.....18 Alessandra C. Calabresi Pinto, Mayra M. Cardozo Galli e Sandra Jardim: 'Não é não' e 'Não se calem': A vitória das mulheres no enfrentamento à violência e à importunação sexual.	NACIONAL.....29 CBIC participa do lançamento do plano de ação "Nova indústria Brasil".
OPINIÃO.....6 Marcos Gouvêa de Souza: A quem não importa perder renda e investimento.	NACIONAL.....19 Novo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro.	NACIONAL.....30 Novo PAC deve levar internet de qualidade às escolas de todo o país.
OPINIÃO.....8 Pedro Dutra: Dois planos e a inflação.	INTERNACIONAL.....21 Especialistas mundiais criam documento sobre capacidades e riscos da Inteligência Artificial.	NACIONAL.....31 Projeções para 2024: Kantar aponta melhoria no consumo em toda a América Latina.
MERCADO IMOBILIÁRIO.....10 Pesquisa SECOVI - Rio de Janeiro.	NACIONAL.....22 GiraBrasil Distribuidora realiza convenção com o tema ACELERA GIRA BRASIL.	CIÊNCIA.....32 Docentes da ESALq estão entre os melhores cientistas de economia e econometria.
NACIONAL.....12 Investimentos anunciados nas últimas semanas somam R\$ 170,3 bilhões.	OPINIÃO.....24 José Roberto de Castro Neves: "Os loucos são os outros".	
AGRONEGÓCIO.....13 Monitor agro.		

Mercado livre de energia: um futuro mais próspero, eficiente e sustentável

*Eduardo Miranda**



A conta de energia sempre foi uma das maiores preocupações dos empresários brasileiros. Nas empresas com alto consumo, este gasto fixo mensal chega a ser uma barreira para investimentos no próprio negócio ou para novas contratações. Por isso, tenho dito que ainda não fomos capazes de estimar o impacto da expansão do mercado livre de energia para as empresas e, conseqüentemente, para a economia brasileira.

Desde o início deste ano, todas empresas conectadas na rede de média e alta tensão - o chamado Grupo A - estão aptas para migrar do mercado cativo de energia para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), conhecido como Mercado Livre de Energia. Só em janeiro, mais de 3 mil empresas fizeram a migração, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CEE). Segundo a entidade, cerca de 165 mil empresas podem vir a migrar nessa nova fase.

O mercado livre de energia dá ao consumidor a liberdade - como o próprio nome sugere - de negociar diretamente com os fornecedores de energia. Esse ambiente competitivo faz com que as comercializadoras de energia tentem entregar o melhor serviço pelo menor custo possível ao cliente. Com isso, o cliente final pode reduzir em até 40% os gastos com energia, se comparado ao que pagava no mercado cativo.

Com mais de 15 anos trabalhando no mercado livre de energia, posso dizer que esse desconto é definitivo na vida de muitas empresas. Ele permite que um hospital tenha recursos para abrir uma nova UTI, que um posto de gasolina compre terminais de recargas para carros elétricos ou que uma rede de supermercados invista num sistema de refrigeração mais moderno e eficiente.

Em todos estes casos, um desconto tão expressivo na conta de energia pode ser um divisor de águas. A migração de milhares de pequenas e médias empresas para o mercado livre de energia vai permitir que elas deem um salto de eficiência e competitividade, com impactos positivos para toda a economia do país. Menos gasto com energia é, também, mais empregos e mais investimentos.

O Brasil ainda ocupa a 41ª posição num ranking global que mede a liberdade de escolha dos consumidores de energia em 56 países onde existe um mercado livre de energia. Não tenho dúvidas de que vamos subir rapidamente nesse ranking, sobretudo quando for permitido o ingresso de consumidores residenciais no mercado livre, como acontece nos Estados Unidos e na Europa.

É fundamental, no entanto, que este crescimento do mercado livre de energia se dê num ambiente regulatório que estimule a transparência e a competitividade, seguindo as melhores práticas internacionais. Como já pudemos observar em episódios recentes, a concentração do mercado de energia nas mãos de poucas empresas piora os serviços, reduz a eficiência do setor e encarece as contas de luz.

Para além da redução dos custos, o mercado livre revoluciona a forma como os clientes finais lidam com seu consumo de energia. Com tecnologias como os medidores inteligentes, eles podem acompanhar o consumo em tempo real, controlar o número de aparelhos eletrônicos conectados e realizar medições setorizadas, identificando aparelhos ineficientes. Imagine o impacto disso na eficiência energética em todo o país!

Como se não bastasse, no mercado livre de energia, o consumidor pode optar por receber a energia proveniente de fontes renováveis, como solar, eólica, hidráulica e biomassa. Não é à toa que o mercado livre tem sido um dos principais motivos por trás do boom na oferta de energia limpa no Brasil nestes últimos anos. Ganha a economia, ganham as empresas e ganha o meio ambiente.

A expansão do mercado livre de energia vai nos conduzir a um horizonte competitivo, mais eficiente e mais sustentável.



Como entusiasta do mercado livre, torço para que as empresas brasileiras, em qualquer região ou setor, estejam dispostas a dar esse salto na direção do futuro. A migração é simples e rápida. Quem migra, nunca se arrepende. Vamos construir esse futuro juntos?

* Eduardo Miranda é Conselheiro Sócio da Mercurio Partners, Sócio Cofundador e Conselheiro Executivo da Tyr Energia, ocupa também posição de Conselheiro de Administração da MGas, comercializadora de gás do Grupo. Possui experiência de mais de 15 anos no Mercado de Energia, Petróleo e Gás Natural. Foi Conselheiro de Administração da Multiner S.A., Diretor Estatutário do Grupo Bolt Energias e, antes, atuou na área de Novos Negócios da ENEVA, e com temas ligados à energia, petróleo, gás e mineração no Veirano Advogados. Foi advogado estrangeiro no escritório CMS-Cameron Mckenna, em Londres.

Sobre a Tyr Energia

A Tyr Energia é uma empresa que garante desconto de até 40% na conta de luz de empresas e diversos negócios. A empresa implementa uma solução inteligente que permite que pequenos e médios consumidores tenham acesso ao Mercado Livre de Energia, consumindo energia 100% renovável, agregando valor para os seus negócios e contribuindo para o meio ambiente. Os monitores inteligentes da Tyr Energia agregam tecnologia e fornecem dados do consumo em tempo real para os clientes, que podem acessá-los pela plataforma ou pelo aplicativo da empresa, estabelecendo metas e economizando ainda mais. A empresa já garantiu uma economia de R\$103 milhões para seus clientes em suas contas de luz e foi eleita pelo ranking da CCEE como a melhor comercializadora varejista do Rio de Janeiro em 2024.

Economia mundial desacelera em 2024; Brasil terá queda ainda maior

*Alta do PIB brasileiro deve cair quase pela metade;
economia mundial crescerá 0,3 ponto menos que em 2023*



O crescimento da economia mundial deverá desacelerar de cerca de 2,7% em 2023 para 2,4% em 2024, de acordo com o relatório da ONU sobre a Situação Econômica Mundial e Perspectivas para 2024, divulgado nesta quinta-feira.

O enfraquecimento do comércio global, os elevados custos dos empréstimos, a dívida pública elevada, o investimento persistentemente baixo e as crescentes tensões geopolíticas colocam o crescimento global em risco, afirma o relatório.

Prevê-se que o crescimento em muitas economias desenvolvidas, especialmente nos Estados Unidos, desacelere em 2024, dadas as elevadas taxas de juro, a perda de ritmo dos gastos dos consumidores e o enfraquecimento dos mercados de trabalho. O crescimento nos EUA deverá ser de 1,4% este ano, após uma taxa de crescimento estimada de 2,5% em 2023.

Num contexto de queda da poupança das famílias, de taxas de juro elevadas e de um mercado de trabalho em abrandamento gradual, espera-se que os gastos dos consumidores enfraqueçam em 2024 e prevê-se que o investimento permaneça lento nos Estados Unidos.

A economia da China desacelerará dos 5,3% estimados em 2023 para 4,7% em 2024. A economia da Índia, que se estima ter expandido 6,3% em 2023, crescerá 6,2% em 2024, de acordo com o relatório.

Prevê-se que o crescimento do PIB no Brasil desacelere de 3,1% em 2023 para 1,6% em 2024, devido aos impactos desfasados das taxas de juro mais elevadas e da procura externa mais lenta.

Entre as principais economias desenvolvidas, a União Europeia registrará uma taxa de crescimento mais elevada,

de 1,2% em 2024, contra uma estimativa da ONU de 0,5% em 2023. A economia japonesa continuará desaquecendo, de 1,7% em 2023 para 1,2% em 2024.

Para as economias em desenvolvimento, o crescimento cairá ligeiramente, de 4,1% em 2023 para 4% em 2024.

Economia mundial longe da média de 2000 a 2019

Embora a probabilidade de uma aterrissagem brusca tenha diminuído consideravelmente, a economia dos EUA enfrentará riscos negativos significativos decorrentes da deterioração dos mercados de trabalho, imobiliários e financeiros.

As perspectivas de crescimento a curto prazo para muitos países em desenvolvimento, especialmente na Ásia Oriental, Ásia Ocidental e América Latina e Caribe, também está se deteriorando devido a condições financeiras mais restritivas, à redução do espaço fiscal e à lentidão da procura externa.

As economias de baixo rendimento e vulneráveis enfrentam pressões crescentes na balança de pagamentos e riscos de sustentabilidade da dívida, com taxas de juro elevadas e vulnerabilidades crescentes relacionadas com o clima, afirma o relatório.

“Em suma, o mundo está lutando para voltar à média anual de 3% alcançada entre 2000 e 2019, o que representa anos de crescimento abaixo da média”, disse Shantanu Mukherjee, diretor da Divisão de Análise Econômica e Política do Departamento de Economia da ONU, no lançamento do relatório.

FONTE: AEPET- ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

Marcos Leta, fundador da Fazenda Futuro



Marcos Leta, carioca, 42 anos, é o fundador e CEO da Fazenda Futuro, *foodtech* e empresa especializada em produtos com cara de carne, gosto de carne, mas sem nada de carne, tudo feito à base de uma gama de vegetais, como soja, ervilha e beterraba. Na linha de produtos da Fazenda Futuro, há hamburguers, almôndegas e até linguças. Ele espalhou essas delícias em 7.000 pontos de venda pelo mundo afóra, durante a pandemia. Chile, Colômbia, México, Holanda, Suécia e Alemanha são alguns desses países onde os seus produtos estão no supermercado.

A Fazenda Futuro está avaliada em R\$ 2,2 bilhões de reais, após a captação de recursos no valor de R\$ 300 milhões, concluída no 2º semestre do ano passado. A Fazenda Futuro já recebeu o título de *Word Changing Ideas* do ano, conferido pela conceituada revista americana Fast Company, especializada em inovação tecnológica. E tornou-se a 1ª

empresa brasileira a obter tamanha distinção, já conquistada por Nike, Disney e Google.

Num mundo onde a busca por fontes de proteína mais sustentáveis é cada vez mais importante, Leta tem se destacado como um líder no Brasil e no mundo, onde já é das 500 pessoas mais influentes da América Latina. Ele almeja que sua empresa seja a maior marca de alimentos *plant-based* do planeta, afinal de contas o Brasil é o maior exportador de carne do mundo.

Marcos Leta que trabalhou no mercado financeiro, já havia alcançado sucesso quando ainda era jovem, tendo vendido sua marca de sucos, a Bem, para a Ambev por R\$ 89 milhões.

Uma de suas sócias na Fazenda Futuro, é a cantora Anitta, onde contribui com ideias e ações de marketing. Além da *foodtech*, Anitta também compõe o conselho do Nubank e possui uma parceria com a Beats, da Ambev.



A quem não importa perder renda e investimento

Marcos Gouvêa de Souza*



Existe uma profunda transformação no mapa do consumo do mundo por conta do avanço do que pode ser caracterizado como “metaglobalização”, processo que envolve um nível sem precedentes de interconexão entre produtores, distribuidores, revendedores e os omniconsumidores.

Essa transformação está baseada no crescimento dos canais digitais de venda e distribuição de produtos e serviços entre países em escala global através do avanço do “cross border”.

Nos Estados Unidos, Àsia, Europa e Brasil, o sistema cresceu em volume físico e financeiro, e percebeu-se que alternativas criadas para atender a remessas individuais de consumidores para consumidores – “peer-to-peer (P2P) – em bases unitárias passaram a ser usadas indevidamente para transações comerciais com corporações globais, usando esse artifício para burlar a taxa de importação, controle e transferência de produtos.

No Brasil esse tema suscitou profundas discussões entre os representantes dos setores formais da economia, em especial os produtores de bens de consumo, os serviços agregados e o varejo, pela inequidade competitiva, uma vez que a entrada descontrolada desses produtos, isentos de controle e taxa, concorria de forma desleal com o que é produzido e distribuído no país, ainda onerado pelos impostos e mais todos os controles criados para proteger o consumidor.

Como resultado, os produtos eram vendidos sem impostos e outros custos por não estarem sujeitos a todas as regulamentações envolvendo padrões, controles de qualidade e especificações técnicas dos produtos produzidos aqui e revendidos no mercado formal. Era a instituição da informalidade global com a condescendência estatal.

O aumento do volume dessas transações não tributadas em 2023 determinou quedas nas vendas e nos impostos recolhidos pela indústria local, pelos serviços associados e pelo varejo tradicional, e levou à redução de quadro de funcionários nesses setores, perda de renda pela diminuição de mão de obra nas categorias envolvidas e mais a redução de investimentos nesses setores.

Sem mencionar os problemas financeiros enfrentados por várias empresas, tanto na indústria quanto no varejo, incapazes de concorrer com a situação e num cenário de altas taxas de juros e crédito caro e limitado.

Importante lembrar que, no Brasil, o varejo tradicional, não exclusivamente digital, representa ainda perto de 90% de todos os negócios do setor, e que nos próximos dez anos deverá continuar a representar de 70% a 80% das vendas, porém cada vez mais combinando canais de vendas e distribuição, dentro dos conceitos de omnicanalidade.

Vale lembrar que entre os serviços associados ao varejo estão inclusos os veículos de comunicação, empresas

financeiras e de meios de pagamentos, os negócios de logística e distribuição e mais todos os serviços integrados na cadeia de valor do consumo.

É importante registrar que o comércio e o varejo, nos seus diversos formatos de lojas, canais, categorias e modelos de negócio, ainda são os maiores empregadores privados no Brasil.

Estimulado pela perspectiva de aumento de arrecadação numa situação de evidentes necessidade, o Ministério da Fazenda se envolveu e criou o Programa Remessa Conforme, impondo um maior nível de controle na verificação dessas entradas “cross border” e uma taxa de 17% de ICMS. Mas manteve a isenção da taxa de imposto de importação e criou a expectativa de que isso pudesse ser feito num futuro próximo.

Isso ainda não ocorreu e essa situação está mantida em evidente desigualdade competitiva, comprometendo o futuro desses segmentos, geração de empregos e desestimulando qualquer forma de investimento.

Nenhuma empresa, setor ou entidade pode ser contra a inevitável evolução desde que assegurada a igualdade competitiva, em especial na vertente tributária e de normas e regras de atuação. O que num primeiro momento atingiu de forma mais direta os setores ligados à moda, confecção e

calçados, gradativamente se expandiu para outros segmentos envolvendo ótica, artigos de uso e cuidados pessoais, bem estar, eletroeletrônicos, papelaria e até material de acabamento e construção.

No quadro atual esse benefício de isenção de imposto de importação e controles só é possível para quem remete do exterior para o mercado internacional. Definitivamente são esses que não se importam com a perda de emprego, salários e investimentos no mercado interno. E é essa situação competitiva desigual que tem sido valorizada de forma míope, ou com outros interesses, por quem vê as compras isentas de impostos e controles como um benefício imediato para consumidores mesmo que comprometendo o futuro desses setores.

O “cross border” é de fato um avanço nas relações de consumo no mundo, com muitos aspectos positivos que a indústria, as marcas e o próprio varejo devem considerar na expansão e modernização dos negócios levando produtos, conceitos e a imagem Brasil para o exterior.

Porém, é fundamental que exista equidade competitiva em todos os casos, de forma a assegurar regras justas e isonômicas para preservar emprego, renda e investimentos.

Sem isso, pode-se comprometer o futuro pelo devaneio do presente.

ARTIGO PUBLICADO NO ESTADÃO – JANEIRO 2024



**Sócio fundador da Gouvêa Ecosystem, membro do Conselho do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) e do Instituto Foodservice Brasil (IFB), é moderador da iniciativa projeto para a Nação.*

Dois planos e a inflação

Pedro Dutra*



Completa o Plano Real este semestre trinta anos e reafirma o seu mérito maior: haver trazido inflação a um índice que não mais ameaça a ordem econômica e social do país.

Embora não tenha sido executado em toda sua extensão - os gastos públicos seguem excessivamente altos, a indexação da economia não foi eliminada como devido e nem se instalou no país um regime de concorrência que se convertesse no regulador natural dos preços - o Plano Real é hoje uma das maiores realizações políticas do Brasil sob o regime da atual Constituição.

Mas um outro plano completou ano passado sessenta anos da sua deflagração - e de seu fracasso. Ministro da Fazenda em janeiro de 1963, San Tiago Dantas deduziu do Plano Trienal um Plano de Contenção da Inflação, cujo eixo principal era disciplina monetária que reduzisse as sucessivas emissões de papel-moeda e assim o ritmo crescente e assustador do processo inflacionário.

Com sua extraordinária capacidade de formulação e de exposição, San Tiago iniciou uma pregação por todo

país junto às principais lideranças políticas e econômicas, advertindo que, não fosse a inflação contida, ela irradiaria uma instabilidade por todo o país, comprometendo a sobrevivência do regime constitucional de 1946.

A restrição de crédito, a contenção dos vencimentos do funcionalismo público e o corte de despesas visando reduzir a emissão de moeda, numa economia que ainda não dispunha de um sistema de títulos públicos, era um programa, como advertiu o ministro, que só seria cumprido se houvesse uma ampla conciliação entre as forças políticas e econômicas, a começar pelo empenho do presidente da República. Mas o presidente João Goulart omitiu-se na defesa do Plano, mesmo ante os ataques de seus companheiros de partido à frente destes, Leonel Brizola. O combate à inflação era visto, à esquerda, como mais uma manobra da classe dominante para oprimir o funcionalismo e os trabalhadores em geral; e à direita, como uma escolha equivocada, pois os investimentos iriam compensar a elevação dos índices de inflação, embora essas afirmações fossem sabidamente falsas.

A pregação de San Tiago viu-se frustrada. Porém ela encerra uma lição inestimável: a inflação não é apenas perversa em relação à renda dos menos favorecidos; ela é também um obstáculo a um desenvolvimento econômico e social sustentável.

*Advogado.



Confiança é fundamental

A Branco Consultores oferece além de seus trabalhos de consultoria e contencioso tributário, as seguintes áreas de serviços:

- Contabilidade
- Diagnóstico de Procedimentos fiscais
- Supply Chain - Foco tributário
- Preços de Transferência
- Revisão, preparação e retificação de obrigações fiscais acessórias
- Due diligence fiscal
- BPO - Terceirização de Processos
- Inovação tecnológica - Contábil/fiscal
- Recuperação de créditos fiscais
- Treinamentos empresariais
- Mediação e arbitragem

BRANCO

brancoconsultores.com

SÃO PAULO

Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101
Vila Mariana - São Paulo
CEP 04.101-000
Tel.: 11 5087-8910
Fax: 11 5087-8810

RIO DE JANEIRO

Rua Sete de Setembro, 111
7º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20.050-91
Tel.: 21 3231-5900

- **Consultoria tributária**
- **Assessoria jurídica tributária**
- **Perícias contábeis**

Pesquisa SECOVI - Rio de Janeiro

IMÓVEIS RESIDENCIAIS OFERTADOS

VENDA:

Dos 18 bairros analisados na cidade do Rio de Janeiro, 07 apresentaram valorização com relação ao mês anterior.

LOCAÇÃO:

Dos 18 bairros analisados na cidade do Rio de Janeiro, 12 apresentaram valorização com relação ao mês anterior.

Valor e variação de **venda** dos bairros na cidade do Rio de Janeiro

Bairro	Valor do m ² Jan/24	Variação (%)	
		Mensal	12 meses
BARRA DA TIJUCA	R\$ 12.524	0,9%	5,0%
BOTAFOGO	R\$ 12.187	-0,9%	-7,6%
CAMPO GRANDE	R\$ 3.512	-0,01%	-5,0%
CENTRO	R\$ 7.354	1,5%	-2,7%
COPACABANA	R\$ 11.044	-0,1%	-2,4%
FLAMENGO	R\$ 10.511	-0,3%	-1,6%
FREGUESIA (JACAREPAGUÁ)	R\$ 5.725	-0,1%	-1,2%
GÁVEA	R\$ 15.733	0,02%	1,0%
IPANEMA	R\$ 21.651	1,5%	7,0%
JACAREPAGUÁ	R\$ 7.634	-0,5%	1,5%
JARDIM BOTÂNICO	R\$ 14.992	0,2%	-3,5%
LAGOA	R\$ 16.289	0,1%	-3,0%
LARANJEIRAS	R\$ 9.653	-1,0%	-6,3%
LEBLON	R\$ 23.120	0,5%	3,4%
MEIER	R\$ 4.539	-1,1%	-4,4%
RECREIO DOS BANDEIRANTES	R\$ 7.420	-0,02%	2,1%
TIJUCA	R\$ 6.522	-0,6%	-5,0%
VILA ISABEL	R\$ 5.412	-0,6%	-1,7%

Valor e variação de **locação** dos bairros na cidade do Rio de Janeiro

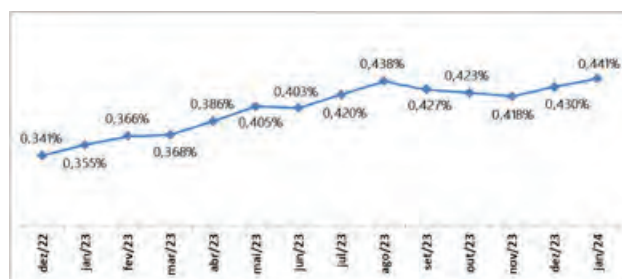
Bairro	Valor do m ² Jan/24	Variação (%)	
		Mensal	12 meses
BARRA DA TIJUCA	R\$ 71,25	5,6%	28,3%
BOTAFOGO	R\$ 59,04	4,8%	43,1%
CAMPO GRANDE	R\$ 17,00	0,5%	7,9%
CENTRO	R\$ 33,48	-7,0%	19,0%
COPACABANA	R\$ 51,91	0,9%	23,2%
FLAMENGO	R\$ 47,54	-2,6%	12,6%
FREGUESIA (JACAREPAGUÁ)	R\$ 24,83	-3,6%	3,0%
GÁVEA	R\$ 55,42	4,0%	3,0%
IPANEMA	R\$ 120,83	1,5%	22,4%
JACAREPAGUÁ	R\$ 42,28	-1,8%	28,2%
JARDIM BOTÂNICO	R\$ 62,96	-2,1%	24,1%
LAGOA	R\$ 68,37	-0,1%	21,5%
LARANJEIRAS	R\$ 40,98	0,05%	13,4%
LEBLON	R\$ 119,96	6,3%	32,2%
MEIER	R\$ 19,67	3,4%	7,0%
RECREIO DOS BANDEIRANTES	R\$ 38,01	1,4%	13,9%
TIJUCA	R\$ 29,90	7,8%	20,9%
VILA ISABEL	R\$ 24,68	3,4%	11,6%

Varição do m² de venda residencial na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Centro de Pesquisa e Análise da Informação do Secovi Rio

Rentabilidade Residencial – Rio de Janeiro



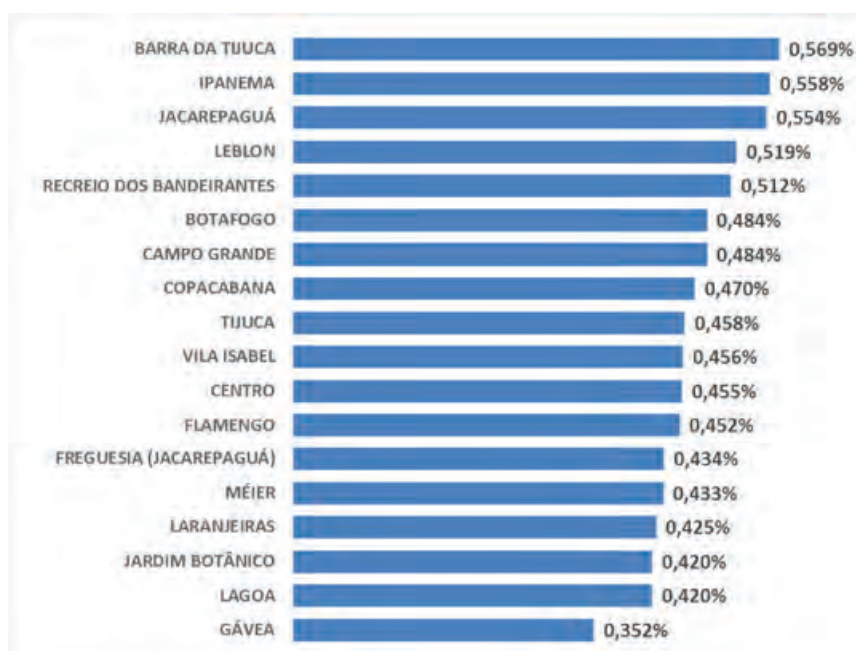
Metodologia: Para o cálculo da rentabilidade, utilizou-se a divisão do R\$/m² de locação pelo R\$/m² de venda.
Fonte: Centro de Pesquisa e Análise da Informação do Secovi Rio

Varição do m² de aluguel residencial na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Centro de Pesquisa e Análise da Informação do Secovi Rio

Rentabilidade Mensal Residencial – Por bairros



Fonte: Centro de Pesquisa e Análise da Informação do Secovi Rio

Investimentos anunciados nas últimas semanas somam R\$ 170,3 bilhões

Data	Empresa	Setor Econômico	Valor anunciado (milhões)	Montante (milhões de R\$)	Período	Investimentos	Fonte
11/01/2024	Governo Federal	Transporte Rodoviário	R\$ 70.000.0	70.000.0	2024-2026	Investimento em ferrovias e rodovias em MS e outros estados.	Acrissul
18/01/2024	Cemig	Energia Elétrica	R\$ 35.600.0	35.600.0	2024-2028	Plano de investimentos direcionados à distribuição, geração e transmissão de energia, além de inovação e TI e gás natural.	Valor Econômico
30/01/2024	State Grid	Energia Elétrica	R\$ 18.100.0	18.100.0	2024-2060	Lote 1 (incluindo sublotos A, B, C e D) do leilão de linhas de transmissão da ANEEL, com investimentos a serem realizados no MA, TO e GO.	Poder360
18/01/2024	Petrobras	Petróleo e Derivados	R\$ 17.000.0	17.000.0	2024-2028	Investimento em projetos de refino, transporte e comercialização no Brasil para ampliar a capacidade de produção de diesel, focando no mercado de baixo carbono.	InfoMoney
31/01/2024	Volkswagen	Complexo Automotivo	R\$ 8.000.0	8.000.0	2024-2030	Ciclo de investimentos da marca no Brasil, incluindo a produção de novo motor híbrido e modelo SUV.	Terra
24/01/2024	General Motors	Complexo Automotivo	R\$ 7.000.0	7.000.0	2024-2028	Plano de investimentos direcionado à renovação da linha de produtos e à modernização das fábricas no Brasil.	Valor Econômico
15/01/2024	ArcelorMittal e Casa dos Ventos	Energia Elétrica	R\$ 3.200.0	3.200.0	nd	Financiamento do BNDES para a instalação do complexo eólico na Bahia, o Babilônia Centro.	Broadcast
30/01/2024	Consórcio Olympus XVI	Energia Elétrica	R\$ 2.590.0	2.590.0	2024-2060	Lote 2 do leilão de linhas de transmissão da ANEEL, com investimentos a serem realizados em GO, MG e SP.	Poder360
30/01/2024	EDP	Energia Elétrica	R\$ 2.300.0	2.300.0	2024-2026	Investimentos em geração de energia solar, focando na transição energética.	A Gazeta
15/01/2024	3tentos	Agroindústria	R\$ 2.000.0	2.000.0	2024-2030	Plano de investimentos direcionado à abertura de novas lojas e construção de uma indústria de etanol de milho em Porto Alegre do Norte (MT).	The AgriBiz
15/01/2024	Prologis	Transporte e Logística	R\$ 2.000.0	2.000.0	nd	Construção de um centro logístico em São Bernardo do Campo (SP).	Broadcast
30/01/2024	Celeo Redes Brasil	Energia Elétrica	R\$ 1.000.0	1.000.0	2024-2060	Lote 3 do leilão de linhas de transmissão da ANEEL, com investimentos a serem realizados em MG e SP.	Poder360
30/01/2024	Solar Coca-Cola	Bebidas	R\$ 700.0	700.0	2024-2028	Expansão da operação em Pernambuco, incluindo a execução de duas novas linhas de produção.	Diário de Pernambuco
23/01/2024	Coopavel	Agroindústria	R\$ 250.0	250.0	nd	Coopavel pretende investir na ampliação de sua estrutura de armazenagem.	Revista O Empreiteiro
12/01/2024	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	Transporte Rodoviário	R\$ 170.0	170.0	2024-2028	Obras de restauração e manutenção em trecho de 126 km no Alto Vale do Itajaí (SC).	ND Mais
15/01/2024	Prefeitura de Campo Grande (MS), Governo do Estado e Governo Federal	Transporte Rodoviário	R\$ 128.0	128.0	2024-2025	Obras de restauração asfáltica em 3 lotes em Nova Campo Grande (MS).	Correio do Estado
11/01/2024	Hipermix Sul Serviços de Concretagem	Material de Construção	R\$ 161.2	161.2	nd	Implantação de nova indústria em Candiota (RS) e expansão da unidade fabril em Montenegro (RS).	Jornal Miruano
15/01/2024	Prefeitura de Araraquara (SP)	Serviços	R\$ 48.3	48.3	nd	Investimento em saúde e assistência social na cidade.	Prefeitura de Araraquara
22/01/2024	GreenYellow	Energia Elétrica	R\$ 30.0	30.0	nd	Construção de usina fotovoltaica no município de Milagres (BA).	GiroGO Notícias
23/01/2024	Governo do Distrito Federal	Saneamento básico	R\$ 22.0	22.0	2024-2025	Implantação de um reservatório de água tratada no bairro de Boa Vista (DF).	Agência Brasília
16/01/2024	Prefeitura de Araguaína (TO)	Serviços	R\$ 17.2	17.2	2024-2025	Construção de nova sede da Câmara Municipal.	Cleber Toledo
20/01/2024	Prefeitura de Atibaia (SP) e Governo do Estado de São Paulo	Turismo e Hotelaria	R\$ 10.4	10.4	nd	Construção de Parque Temático do Morango em Atibaia (SP), cidade referência no cultivo da fruta, com o intuito de fortalecer o turismo local.	Canal Rural
12/01/2024	Beira Rio e Enova Calçados	Calçado, têxtil e vestuário	R\$ 7.0	7.0	nd	Implantação de nova unidade em um condomínio empresarial de Taquari (RS), ocupando 5 dos 21 lotes do empreendimento.	Jornal do Comércio
31/01/2024	Copel	Energia Elétrica	-	-	nd	Plano de investimentos em geração eólica e solar, para expansão e diversificação do negócio de distribuição de energia.	Bloomberg Línea

Fonte: DEPEC Bradesco

Monitor agro

INTERNACIONAL

USDA trouxe conforto no balanço entre oferta e demanda de soja global em 2023/24, reforçando cenário recente de queda de preços. Em resumo:

- **Soja:** revisão altista de estoque e baixista de demanda. Relação estoque consumo está em níveis confortáveis.
- **Milho:** revisão ligeiramente para baixo na produção, mas ainda crescente. Relação estoque consumo sem grandes recomposições.
- **Trigo:** revisão ligeiramente altista para demanda. Assim, a relação estoque consumo segue trajetória cadente.
- **Clima na América do Sul segue decisivo para cenário de aumento da oferta de soja e milho.** Temperaturas elevadas na Argentina reduziram percentual da lavoura com condições favoráveis, mas perspectivas de chuvas devem sustentar cenário de incremento relevante para grãos.
- **Atenções vão se voltando para EUA, conforme se aproxima início do plantio.** As estimativas do Outlook Forum apontam redução da área de milho e aumento da área de soja nos EUA, com avanço importante na produção de soja e ligeira queda de milho. Nesse cenário, USDA aponta continuidade da queda dos preços na safra 2024/25.

BRASIL

- **Preços domésticos voltaram a recuar pressionado pelas cotações internacionais.** Entretanto, as revisões da Conab trouxeram números abaixo do consenso para a safra, aliviando pressão para queda dos preços domésticos. Entre as revisões, destacamos:
- **Conab:** revisão baixista para safra de soja no MT, MS, GO e PR. Com isso, safra 2024 deve ser menor do que a anterior. Para milho, nova revisão baixista concentrada em MT, MS e GO, com estimativa de menor área plantada. A safra de arroz foi revisada ligeiramente para cima e reforça cenário de recomposição de estoques.
- **LSPA:** revisão para baixo da produção de grãos, puxada por soja e milho primeira safra. Comparada à safra passada, produção de milho segunda safra com queda expressiva.
- **Exportações:** primeiros dias de fevereiro mostraram menor volume de soja exportada do que o sugerido pela sazonalidade, apesar do avanço rápido na colheita. Volume de açúcar exportado caiu após três meses consecutivos de recordes. Pelo lado positivo, começo de fevereiro aponta recorde dos embarques de frango para o mês.

FONTE DEPEC BRADESCO

Após briga entre dono de padaria e consumidor, Fhoresp alerta para o uso inadequado de computadores em ambientes gastronômicos



Edson Pinto, da Fhoresp

Caso de Barueri-SP, que viralizou nas redes sociais e na mídia nessa semana, trouxe à tona a utilização, cada vez mais comum, de bares, de padarias e de cafés como “escritórios de trabalho”

Após a briga entre um consumidor e o dono de uma padaria de Barueri-SP, na Grande São Paulo, viralizar nessa semana, a Federação de Hotéis, Bares e Restaurantes do Estado de São

Paulo (Fhoresp) alerta para o uso inadequado de notebooks, de tablets e de celulares em ambientes gastronômicos. Com o objetivo de evitar novos conflitos, a principal orientação da entidade é que as partes adotem bom senso na utilização dos equipamentos, bem como na aplicação de restrições por parte dos estabelecimentos.

O diretor-executivo da Fhoresp, Edson Pinto, sugere aos clientes que verifiquem antes se o local escolhido é amigável ou não à prática de permitir o uso de eletrônicos para fins laborais. Se o estabelecimento adota limitações, segundo a Federação, é preciso que o consumidor as respeite, uma vez que ambientes gastronômicos são da esfera privada e podem ter regramentos próprios, desde que não infrinjam a lei.

Por sua vez, e segundo o que estabelece o Código de Defesa do Consumidor (CDC), os estabelecimentos devem divulgar as orientações em local visível aos seus frequentadores, com direito à fácil entendimento e clareza. A mensagem deve ser, ainda, objetiva, de acordo com Édson:

“A realização de longas reuniões on-line e a maior permanência nos ambientes gastronômicos por força do trabalho remoto estão indo além do consumo in loco. Desde a pandemia da Covid-19, isso tem se tornado cada vez mais comum. Só que, em alguns casos, tem gerado problemas, como o ocorrido há poucos dias em Barueri”.

Para a Fhoresp, isso acontece porque, bares, restaurantes, cafés e padarias, geralmente, oferecem estrutura que comporta trabalho remoto, mesmo não sendo essa a finalidade. O diretor-executivo da Federação cita como exemplos o acesso gratuito à Internet, energia elétrica para carregar baterias de eletrônicos, além de estacionamento e sanitários.

No entanto, esses serviços, que, no início, se tratavam de uma cortesia aos consumidores, têm se transformado em transtorno para alguns estabelecimentos em razão da utilização inadequada por parte de alguns consumidores, conforme aponta Édson:

“Muitos dos clientes querem transformar os locais em verdadeiros escritórios particulares. Esta prática acaba por reter as mesas por tempo excessivo, e, muitas das vezes, sem consumo equivalente. Trata-se de conduta que impede a rotatividade de outros consumidores que desejam se alimentar”, esclarece.

De uns tempos para cá, a Fhoresp tem notado o surgimento de conflitos entre cafés, padarias, restaurantes e bares e os clientes em relação ao uso da estrutura para fins comerciais e trabalho remoto.

Édson defende que, caso não haja bom senso entre as partes, é necessário que os estabelecimentos adotem restrições, como impedir o acesso de Wi-Fi, não permitir o carregamento de baterias ou até cobrar valores adicionais ou consumo mínimo pela utilização da estrutura para fins comerciais.

O diretor-Executivo da Fhoresp acrescenta, ainda, que essas providências são necessárias para evitar a pior alternativa: majorar os preços do cardápio, a fim de reduzir prejuízos acumulados pelos estabelecimentos, o que, conseqüentemente, penalizaria todos os consumidores:

“Para reuniões e ações relacionadas ao trabalho administrativo ou criativo, entendemos que os coworkings e os espaços públicos são os ambientes mais propícios. Vale lembrar que cafés, padarias, bares e restaurantes são empresas de alimentação, somente”, completa Edson.





imagens: Dreamstime.com

NA ECONOMIA E NOS NEGÓCIOS
GANHA QUEM ESTÁ CONECTADO.

LEXBRIDGE

FUSÕES & AQUISIÇÕES

 **55 21 99130-7919**

novosnegocios@lexbridge.com.br

www.lexbridge.com.br

EVANDRO MAGGIO

A montadora japonesa Toyota terá um presidente brasileiro pela primeira vez em sua história no país: Evandro Maggio será o novo CEO no Brasil. Ele está na empresa desde 2005, passou por diferentes áreas, esteve na Lexus-Toyota no Japão e atualmente atuava como diretor regional de Pesquisa & Desenvolvimento & Compras.

A companhia está há 66 anos no país e iniciou a produção brasileira em 1958, com o jipe Land Cruiser, que depois ganhou o nome de Bandeirantes. Tem 3 fábricas no Brasil, todas em SP - Indaiatuba, Sorocaba e Porto Feliz – e emprega cerca de 6 mil pessoas.

LOUIS VUITTON

Em “Louis Vuitton, uma saga - Editora L&PM”, publicado na França em 2004 e no ano passado no Brasil, a autora desenha o que é possível esperar de uma narrativa sobre um homem de negócios incomum. Orfão de mãe aos dez anos, cresceu fazendo pequenos detalhes em madeira. Aos 16, foi tentar a vida em Paris e ofereceu serviços a ateliês de confecção de baús e embalagens de peças, antes de abrir a primeira loja, em 1854, aos 32 anos. Hoje a família que eternizou o monograma LV está fora da companhia, adquirida nos anos 1980 pelo conglomerado LVMH, donos das marcas como Christian Dior e Tiffany & Co. Vale a leitura, afinal ele Vuitton é um pioneiro do mercado do luxo.

AREZZO&CO & GRUPO SOMA

A S&P Global Ratings informou hoje que a potencial fusão do Grupo de Moda Soma S.A. (brAA+/Estável/-) com a Arezzo Indústria e Comércio S.A. (Arezzo&Co; não avaliada) anunciada em 31 de janeiro de 2024 pode beneficiar a qualidade de crédito do Grupo Soma, considerando seu papel dentro do grupo combinado.

De acordo com as informações divulgadas pelas duas empresas, a fusão se dará através da troca de ações, sem impacto imediato no endividamento das entidades. Ademais, acreditamos que o Grupo Soma se beneficiaria do aumento de escala e diversificação, e das potenciais sinergias proporcionado pela combinação dos negócios. Considerando os números mais recentes de ambas as empresas, a transação proposta resultaria na criação do maior conglomerado de marcas de moda do país, com um portfólio de cerca de 22 marcas, crescente presença internacional e um faturamento em torno de R\$ 12 bilhões.

Ainda assim, o anúncio não tem impacto imediato no rating do Grupo Soma já que não há, no momento, qualquer documento vinculante firmado e, caso venha a se realizar, o fechamento da transação ainda estaria sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Após a conclusão, analisaremos as possíveis implicações para o rating do Grupo Soma a partir da nossa visão do seu papel dentro do grupo combinado, bem como de sua qualidade de crédito individual.

A S&P Global Ratings é a maior provedora de ratings de crédito independentes. Nossos ratings são essenciais para o desenvolvimento, promovem a transparência e auxiliam na educação dos participantes do mercado para que possam tomar decisões com confiança. Temos mais de 1 milhão de ratings de

crédito vigentes atribuídos a governos, corporações, ao setor financeiro e a entidades de operações estruturadas e títulos de dívida. Oferecemos uma visão independente do mercado construída em uma combinação exclusiva de perspectivas amplas e insights locais. Oferecemos nossas opiniões e pesquisas sobre o risco de crédito relativo; os participantes do mercado recebem informações independentes que os ajudam a dar suporte ao crescimento de mercados de dívida transparentes e líquidos ao redor do mundo.

A S&P Global Ratings é uma divisão da S&P Global (NYSE: SPGI), que prove inteligência essencial para indivíduos, empresas e governos de forma que possam tomar decisões com confiança. Para mais informações, visite www.spglobal.com/ratings.

PIX

Os hábitos de cada geração

• Babyboomers

Os nascidos entre 1945 e 1964 foram os que menos usaram o sistema de pagamentos, com apenas 17% das compras.

• Geração X

Inclui os nascidos de 1965 a 1981. Já começaram a pegar gosto pelo uso do Pix, com 26% das compras feitas com o meio de pagamento.

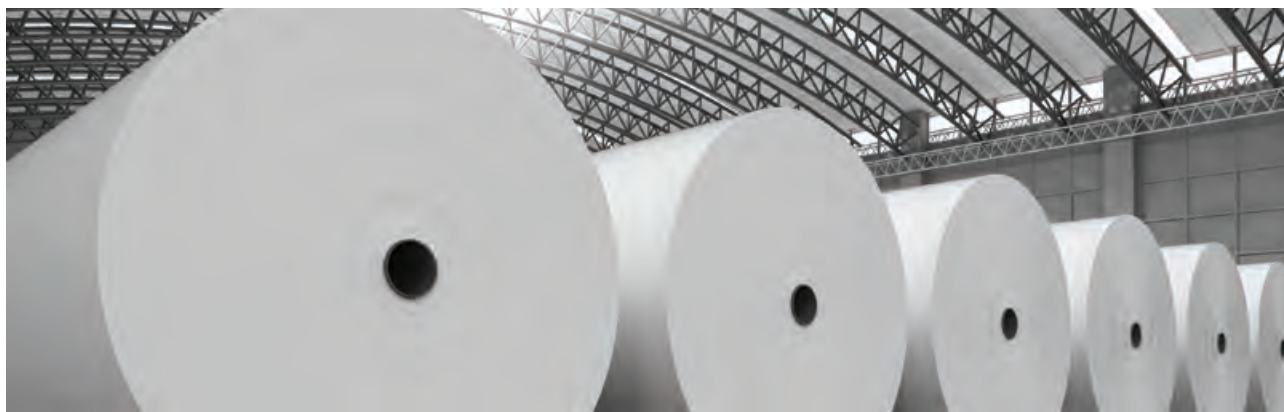
• Millenials

Também chamada de geração Y, inclui pessoas nascidas entre 1982 e 1994. Fizeram 51% das compras no ano passado com Pix.

• Geração Z

Inclui os mais jovens, nascidos entre 1995 e 2010. Ainda dão os primeiros passos no uso do Pix, utilizado em 6% das compras

Suzano contrata CEO da Rumo



O CEO da Rumo, João Alberto Abreu, pediu demissão para se juntar à Suzano, onde deve suceder o CEO Walter Schalka, que deve ir para o conselho, fontes a par do assunto disseram ao Brazil Journal.

O anúncio da saída de Beto – como o executivo é mais conhecido – deve acontecer ainda hoje. Schalka está no comando da gigante de celulose há 11 anos.

Beto começará na Suzano em 2 de abril, e depois de uma transição de três meses se tornará CEO em 1 de julho.

Segundo essas fontes, a Cosan - que é a acionista de referência da Rumo com 30% do capital - vai anunciar uma solução interna para a sucessão na empresa.

O próximo CEO da holding de ferrovias será Pedro Palma, hoje o vp comercial da empresa. Ele é um associado na *partnership* estendida da Cosan, que reúne 20 executivos além dos sete sócios sêniores da holding de Rubens Ometto.

Pedro – um engenheiro eletrônico que está na Rumo desde 2013 – foi o responsável pelo reposicionamento comercial da companhia num momento em que o trem estava perdendo *share* para o caminhão no Corredor Norte da empresa. Antes de entrar na Rumo, Pedro trabalhou na Votorantim Cimentos.

Depois de 18 anos na Shell, Beto entrou na Cosan como head da Raízen Energia e se tornou CEO da Rumo em 2019,

substituindo Julio Fontana, um executivo-referência no setor por ter feito toda sua carreira em ferrovias.

Com uma gestão focada em performance operacional e iniciativas ambientais e sociais, Beto está trocando uma large cap com um acionista de referência por outra, com desafios análogos de alocação de capital e crescimento. A Rumo vale R\$ 42 bilhões na Bolsa; a Suzano vale R\$ 74 bilhões.

Durante seu mandato, o EBITDA da Rumo saltou de R\$ 2,8 bilhões para R\$ 7,5 bi ao final deste ano, se o número ficar no meio da faixa do *guidance* da companhia.

O novo CEO chega num momento em que a Suzano está concluindo um ciclo de investimento de R\$ 22 bilhões com seu projeto Cerrado.

Sua nova planta de Ribas do Rio Pardo, no Mato Grosso do Sul, começa a produzir este ano e vai adicionar 2,55 milhões de toneladas de celulose de eucalipto/ano à capacidade produtiva da empresa, hoje em 10,9 milhões.

Mas um novo ciclo se avizinha. Como a Suzano tem como política reinvestir 90% de sua geração de caixa operacional, e esta geração vai aumentar muito com a entrada de Cerrado online, a companhia já analisa novas oportunidades de criação de valor.

Matéria publicada no Brazil Journal

‘Não é não’ e ‘Não se calem’: A vitória das mulheres no enfrentamento à violência e à importunação sexual

— *Alessandra C. Calabresi Pinto, Mayra M. Cardozo Galli e Sandra Jardim**

A violência contra a mulher no Brasil é avassaladora. Somente em 2022, ocorreram no País 1,4 mil feminicídios – uma média de 3,7 vítimas todos os dias. O assédio é outra triste realidade. Segundo pesquisas, 45% das brasileiras já tiveram o corpo tocado sem consentimento e em local público; e duas a cada três sofreram assédio em restaurantes, bares e casas noturnas. E isso, não de hoje!

Em 2019, uma influenciadora digital sofreu violenta agressão num conhecido restaurante japonês, na cidade de São Paulo-SP. O estabelecimento gastronômico, na época, deu guarida ao agressor, quando deveria, por óbvio, proteger a vítima. Inconformadas com este caso e lançando mão de nossa expertise profissional no enfrentamento à violência contra a mulher, apresentamos um projeto ao Sindicato de Bares, Hotéis, Restaurantes e Similares de Osasco, Alphaville e Região (SinHoRes), que resultou, em 2020, na cartilha “Crimes contra a liberdade sexual e outras formas de violência em bares, hotéis, restaurantes, casas noturnas e de eventos: normas de prevenção e enfrentamento”.

O material, amplamente divulgado e utilizado pelo setor, foi transformado em e-book, em 2022, com o apoio do SinHoRes e da Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares do Estado de São Paulo (Fhoresp). Medida que já era urgente e que, atualmente, se mostra indiscutivelmente importante.

No exterior, temos como exemplo o protocolo “No Callem”, de Barcelona, que ficou conhecido depois do caso do ex-jogador da seleção brasileira Daniel Alves, acusado de estuprar uma mulher numa boate. Na oportunidade, funcionários capacitados seguiram a lei, e acolheram a vítima de forma humanizada, enquanto o jogador foi preso preventivamente e a imagem da casa noturna ficou incólume.

Em 2023, o Governo do Estado de São Paulo sancionou duas leis que obrigam estabelecimentos a adotarem medidas de auxílio às mulheres e à capacitarem funcionários a identificarem e a combaterem o assédio sexual.

O governador Tarcísio Gomes de Freitas (Republicanos), por meio da Secretaria de Estado da Mulher, também aprovou o protocolo “Não se Cale” (lei 17.621/2023), e com total



Advogadas: Alessandra Calabresi Mayra Galli e Sandra Jardim

envolvimento do setor de hotéis, bares e restaurantes. Na esfera federal, entre novas legislações nesta seara, destaque para o protocolo “Não é Não” (lei 14.786), de 28/12/23.

Recentemente, e mais uma vez, nos unimos à Fhoresp e ao SinHoRes Osasco, Alphaville e Região numa nova parceria, desta vez para conscientizarmos proprietários dos estabelecimentos gastronômicos e de entretenimento quanto à necessidade de se adequarem às imposições legais, aos protocolos e às políticas públicas, a fim de assegurar às mulheres (clientes e colaboradoras) e ao público LGBTQIAP+ um espaço de lazer mais seguro, inclusivo, plural e comprometido com a igualdade de gênero.

Todo este arcabouço jurídico e o apoio da Fhoresp e do SinHoRes representam significativa vitória para nós, advogadas especialistas na defesa do público feminino, e para toda a sociedade. Graças a essas medidas, nenhum agressor ficará impune quando atentar contra as mulheres em bares, hotéis, restaurantes e similares.

Que o poder público e as entidades continuem fazendo a sua parte, que a Justiça seja feita e que a segurança no ir e vir para todas nós seja restabelecida e sempre defendida.

*Alessandra Caligiuri Calabresi Pinto é advogada, diretora da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Pinheiros, e consultora jurídica da Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares do Estado de São Paulo (Fhoresp). Mayra Martins Cardozo Galli é advogada, mestre em Direito, e pós-graduada em Direito Penal Econômico e em Direito Público com ênfase em Gestão Pública. Sandra Jardim é advogada, procuradora de Justiça aposentada, e especialista em Direitos Humanos e em Direito da Mulher.

Novo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro

A nova Lei Complementar nº 270 de 16/01/2024, publicada e sancionada com vetos recentemente pelo Prefeito do Rio de Janeiro, representa uma transformação significativa no cenário urbanístico da cidade. Entre as mudanças, destaca-se a criação de sete macrozonas com diretrizes específicas, a regulamentação do IPTU progressivo, e a dispensa da exigência de vagas de garagem, com algumas exceções. O PD 2024 adota ainda instrumentos como a Transferência do Direito de Construir, programas de autogestão e assistência técnica, além de consórcios e operações urbanas, buscando impulsionar o desenvolvimento urbano e habitacional

CESCON BARRIEU INSIGHTS
IMOBILIÁRIO

PLANO DIRETOR CIDADE DO RIO DE JANEIRO PD 2024

Em 17/01/2024, foi publicada a Lei Complementar Municipal nº 270, de 16/01/2024, que institui o novo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro e que revoga o antigo plano diretor, vigente desde 2011 ("PD - 2024").

O Prefeito Municipal, o Sr. Eduardo Paes, sancionou o projeto em 16/01/2024, que passa a valer desde a data de publicação da lei. Entretanto, **há 76 vetos que ainda serão apreciados pela Câmara Municipal**, a qual poderá rejeitá-los, por aprovação da maioria absoluta dos seus membros (26 votos), em até 30 dias a contar de seu recebimento. Após deliberação, a lei deverá ser promulgada pelo Prefeito e, a partir de então, o PD 2024 passará a vigor integralmente.

O PD 2024 criou e reforçou estrategicamente medidas para aliar os interesses da população e de agentes de mercado, por meio de mecanismos de intervenção direta ou indireta em imóveis subutilizados (a exemplo do IPTU progressivo e da construção compulsória) e seu oferecimento a possíveis interessados para exploração mediante, dentre outros mecanismos, o consórcio imobiliário e urbanização consorciada.

PRINCIPAIS MUDANÇAS:

- NOVO ZONEAMENTO
- PARÂMETROS URBANÍSTICOS MAIS ATRATIVOS COM CONTRAPARTIDA FINANCEIRA OU EM MELHORIAS
- DESTINAÇÃO DE IMÓVEIS A PROGRAMAS SOCIAIS (COMO A LOCAÇÃO SOCIAL)
- O FIM DA EXIGÊNCIA DE VAGAS DE GARAGEM
- INCENTIVOS URBANÍSTICOS E FISCAIS PARA INVESTIMENTO NO ENTORNO DA AVENIDA BRASIL DENTRE OUTRAS

I O NOVO MACROZONEAMENTO

Em uma perspectiva macro, o PD 2024 amplia o rol de vulnerabilidades trazido pelo PD 2011, atribuindo como norte (art. 62, I) a redução das vulnerabilidades, conceituando-as em urbanas (art. 66), ambientais (arts. 67 a 74) e sociais (arts. 75 a 77).

Subdividida da cidade em 7 macrozonas com base na realidade territorial de cada região e propondo diretrizes específicas para cada uma delas (art. 82).

Substituindo o antigo zoneamento que subdividia a cidade em 4 macrozonas

I – Macrozona de Proteção Integral;

I – Macrozona de Ocupação controlada;

II – Macrozona de Uso Sustentável;

II – Macrozona Incentivada;

III – Macrozona de Controle da Ocupação;

III – Macrozona Condicionada;

IV – Macrozona de Requalificação Urbana;

IV – Macrozona Assistida.

V – Macrozona de Estruturação Urbana;

VI – Macrozona de Desenvolvimento Estratégico;

VII – Macrozona de Redução da Vulnerabilidade.

II IPTU PROGRESSIVO E DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS



Em caso de descumprimento das condições e dos prazos estabelecidos para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, incidirá sobre os imóveis notificados o IPTU Progressivo no Tempo, mediante a majoração anual da alíquota pelo prazo de 5 anos consecutivos, até o limite máximo de 15% (art. 156).

O PD 2024 manteve a possibilidade de desapropriação de imóveis com pagamento em títulos da dívida pública, decorridos 5 anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização. O Município deverá dar adequado aproveitamento ao imóvel no prazo máximo de 5 anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público, podendo fazê-lo por meio de alienação ou concessão a terceiros, mediante devido procedimento público de contratação.

III ARRECAÇÃO DE IMÓVEIS

Os imóveis que se encontrarem com débitos do IPTU, inscritos em dívida ativa e em situação de abandono por período de 3 anos ou mais, serão notificados sobre o início de processo administrativo de sua arrecadação, conforme legislação federal em vigor (art. 161).



Os imóveis arrecadados pelo Município serão destinados preferencialmente a:

- I HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL A SEREM APORTADOS NO PROGRAMA DE LOCAÇÃO SOCIAL;
- II PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS;
- III FOMENTO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA - REURB-S;
- IV CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO A ENTIDADES CÍVIS QUE EMPROVADAMENTE TENHAM FINS FILANTRÓPICOS, ASSISTENCIAIS, EDUCATIVOS, ESPORTIVOS OU OUTROS, NO INTERESSE DO MUNICÍPIO;
- V ALIENAÇÃO CASO APÓS CONSOLIDADA A PROPRIEDADE EM FAVOR DO MUNICÍPIO NÃO TIVER O IMÓVEL ARRECADADO NENHUMA DAS DESTINAÇÕES PREVISTAS ANTERIORMENTE.

A novidade foi matéria do também recente Decreto Municipal nº 53.306, de 09/10/2023, o qual não foi expressamente revogado pelo PD 2024 e cuja redação foi parcialmente incorporada, tendo deixado apenas de fora o regramento relativo a questões procedimentais, a exemplo da documentação necessária para início do processo administrativo, requisitos da notificação do Município ao contribuinte, prazos de impugnação e manifestação e a celebração de acordo (Termo de Compromisso) entre contribuinte e Municipalidade visando à recuperação ou efetiva utilização do bem.

Embora as leis [que tratam da arrecadação de imóveis] não diverjam entre si, o PD 2024 fez uma ressalva genérica (art. 525) de que "as normas municipais referidas nesta Lei Complementar, sem revogação ou derrogação, continuam passíveis de revisão ou revogação de acordo com a natureza específica de cada uma", bem como de que lei específica estabelecerá a venda compulsória pelo Município, na hipótese de não se conseguir dar nenhuma destinação ao imóvel arrecadado no prazo de 5 anos.

Assim, é possível que o instituto seja revisto e/ou complementado nos próximos anos, mas é aplicável desde a vigência do PD 2024.

IV APROVEITAMENTO DE IMÓVEIS PÚBLICOS

O aproveitamento de imóveis públicos passa a ser protagonista da política de habitação, que tem por objetivo a redução do déficit habitacional e a inadequação habitacional, por meio de ações de urbanização integrada, melhorias habitacionais e oferta de unidades em solo urbanizado (art. 441).

Assim, diversos programas foram criados para atingir esse objetivo, como de requalificação e urbanização de favelas; oferta, por meio de parque imobiliário público para locação social, de unidades habitacionais na área central e em regiões infraestruturadas e utilização de imóveis públicos para a oferta de Habitação de Interesse Social (art. 16).

Tais programas serão implementados em determinadas áreas estratégicas da cidade, dentre as quais destacamos o chamado Super Centro (composto pela região portuária - Gamboa, Santo Cristo, Saúde e Caju -, Centro, Lapa, Catumbi, Rio Comprido, Cidade Nova, Estácio e região de São Cristóvão - a qual inclui Imperial, Mangueira, Benfica e Vasco da Gama), bairros da Zona Norte, como região do Méier, Penha e Ramos entre outros.

V TOMBAMENTO DE IMÓVEIS

O PD 2024 condiciona a aprovação de todos os projetos e obras em torno dos sítios e bens reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio Mundial (conforme rol não exaustivo do art. 216), sem exceções, que inclui:

- o Passeio Público e o Aquecedo da Lapa;
- o Cais do Valongo;
- o Sítio Burle Marx;
- as Lagoas Rodrigo de Freitas, Marapendi, Tijuca, suas APPs e faixas marginais;
- a Quinta da Boa Vista;
- entre outros bens.

Embora, na prática, tal cautela fosse praxe, a norma visa reforçar o controle das intervenções diretas e indiretas no patrimônio sujeito a proteção ambiental.

VI FIM DA EXIGÊNCIA DE VAGAS DE GARAGEM

Com algumas exceções, fica dispensada a exigência de vagas de estacionamento de veículos, independentemente do uso (se residencial, comercial ou misto)

É facultada a previsão de área para estacionamento nas novas edificações a serem construídas no Município a partir da entrada em vigor da PD 2024 (art. 368).



Na Zona Oeste (inclusive na Barra da Tijuca) será exigida **uma vaga para cada 4 unidades residenciais, comerciais e/ou de serviços**, exceto nos empreendimentos habitacionais de interesse social vinculados às políticas habitacionais governamentais, que deverão atender a legislação específica.



Nos empreendimentos não residenciais considerados como **polos geradores de viagens**, a exigência também permanece. Porém, será calculada caso a caso pelo órgão municipal de transporte e circulação viária em função do impacto gerado e necessidades da localidade.



Na hipótese de **reconversão de uso** (de comercial para residencial, por exemplo), quando não for possível o cumprimento do número mínimo de vagas, será dispensada a construção de novas vagas, mantidas as vagas existentes.

Com isso, deve-se estimular o desenvolvimento de empreendimentos destinados a estacionamento, observada a nova regulamentação da matéria aplicável tanto a novas construções quanto às reconversões de uso.

VII CONSTRUÇÕES NA AVENIDA BRASIL

A Avenida Brasil e seu entorno foram categorizados como Zona Franca Urbanística, na qual os projetos a serem implementados farão jus a incentivos fiscais e urbanísticos a serem definidos oportunamente por lei específica, objetivando a requalificação urbana da região (art. 391, 3º).

VIII COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO BÁSICO E MÁXIMO

O PD 2024 deu nova roupagem à mecânica de aproveitamento de terrenos, definindo um coeficiente de aproveitamento básico (CAB) para cada região, acima do qual a construção será permitida apenas mediante pagamento de contrapartida financeira até o coeficiente de aproveitamento máximo (arts. 103 e seguintes).



O Poder Executivo poderá autorizar, em casos de interesse para o desenvolvimento urbano, o pagamento da contrapartida da outorga onerosa em forma de obras de melhoramento urbano (art. 112).



No caso de **modificação de edificação preexistente**, a outorga onerosa incidirá apenas sobre a **área construída que ultrapasse aquela da edificação preexistente** (art. 108).



O empreendimento que for licenciado nos **5 primeiros anos** de vigência do PD 2024 não sofrerá a cobrança de contrapartida financeira (art. 110). A partir do início do 6º ano de vigência, haverá um período de 4 anos de transição (ou seja, de 17/01/2029 a 17/01/2032) com **aumento gradativo** da onerosidade, até o patamar normal estabelecido pelo PD 2024. O objeto é permitir que os municípios se adaptem à nova mecânica, estimulando o desenvolvimento dos empreendimentos no próximo quinquênio em zonas estratégicas (Zona Oeste, Zona Sul, Tijuca e Vila Isabel, notadamente) e a regularização de construções irregulares nessas regiões.

Ficaram **isentos** do pagamento da contrapartida financeira a maior parte da zona norte (Rio Comprido, Méier, Madureira, Ilha do Governador etc.) e uma pequena parte da região central (regiões de São Cristóvão e Rio Comprido), em linha com o plano de investimentos no entorno da Avenida Brasil e revitalização da região central.



Com relação às áreas abrangidas pelos programas Reviver Centro (Lapa, Centro etc.) e a Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto Maravilha (Santo Cristo, Gamboa, Saúde etc.), aplicar-se-ão as legislações específicas, que estabeleçam contrapartidas diferenciadas e estratégicas visando o desenvolvimento dessas regiões.

IX OUTORGA ONEROSA DE ALTERAÇÃO DE USO

O PD 2024 manteve a outorga onerosa para alteração de uso, autorizando o pagamento de contrapartida para alteração e intensificação dos usos previstos no zoneamento em relação a uso e construção irregulares (art. 115).



Importante observar que as áreas inseridas na **OUC Porto Maravilha** e as **beneficiadas pela Lei Complementar nº 229, de 14 de Julho de 2021 - Reviver Centro** ficam sujeitas aos pagamentos previstos nas respectivas leis e normas regulamentadoras (art. 110, § 4º).

X TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

O PD 2024 reformulou a Transferência do Direito de Construir (TDC), definindo-a como instrumento que permite ao proprietário de imóvel transferir o potencial construtivo não utilizado no imóvel (art. 117), desde que haja autorização da Prefeitura e do proprietário do imóvel.

Trata-se de instituto **já previsto no plano revogado**, mas com relevantes modificações, dentre elas, que a **TDC poderá ser aplicável para o mercado imobiliário em geral** (e não apenas para fins de preservação ambiental, atendendo a programas sociais e implantação de equipamentos urbanos e comunitários), mas não poderá ser utilizada:



Caso os imóveis, em sua origem, tenham sido **alienados pelo Município, pelo Estado ou pela União de forma não onerosa**,



Para cômputo de áreas consideradas **non aedificandi** pelas normas urbanísticas e ambientais, de modo que as áreas que, por lei, são indisponíveis para construção (por exemplo, áreas de preservação permanente ou de servidão para passagem linha de transmissão) **não contarão como área disponível** para transferir ou receber direito de construir.

XI LOCAÇÃO SOCIAL

O PD 2024 estendeu o **programa de locação social**, criado no âmbito do Reviver Centro como forma de produzir moradias para população vulnerável, a demais áreas da Cidade.



O Poder Executivo o implementará em parceria com o **setor privado**, que poderá ter múltiplos formatos jurídicos (contratos de parceria imobiliária, consórcio imobiliário, direito de superfície, venda de imóveis desapropriados ou arrecadados, entre outros).

Os proprietários interessados **receberão incentivos edilícios** para destinarem unidades residenciais ao programa, podendo, inclusive, receber **incentivos fiscais** criados por lei específica. Ainda que o texto de lei mencione os proprietários como beneficiários do programa (art. 174, III), entendemos que os benefícios deverão ser estendidos aos **empreendedores imobiliários**, diretamente, por meio de regulamentação, ao criar parâmetros urbanísticos mais permissivos na aprovação de projetos atrelados ao programa de locação social, ou indiretamente, desonerando a carga tributária atrelada ao imóvel, o que beneficiará o empreendimento como um todo.

XII PROGRAMA DE AUTOGESTÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O PD 2024 também prevê a criação dos **programas de autogestão** (art. 181) e **assistência técnica** (art. 186) com objetivo de garantia de acesso à cidade e moradia digna para população de baixa renda.



A atuação ocorrerá com oferecimento de **assessoria técnica especializada** e de **caráter interdisciplinar** para elevação dos padrões de construção e melhoria da qualidade habitacional.



O programa será implantado pelo **Poder Público** e será regulamentado por meio de **ato específico** (art. 183), podendo ser implementado, dentre outros meios, mediante **alienação de imóveis** por meio de **permuta física e/ou financeira** ou **contrapartidas do setor privado** por meio de permuta física e/ou financeira.



O PD 2024 também adequou alguns instrumentos consorciados de gestão e ocupação com o intuito de **melhor integrar o setor privado às demandas sociais tuteladas pelo Poder Público**. Em geral, dependerão de lei específica para sua criação e/ou regulamentação, entretanto renovam a possibilidade de investimentos público-privados nesse novo ciclo.

XIII OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA

O PD 2024 define a **OUC** como o conjunto de **intervenções e medidas** coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de promover, por meio do Projeto Urbano em perímetro determinado, transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental (art. 187).



Lei específica criará a OUC e poderá modificar **coeficientes e características edilícias, de parcelamento, de uso e de ocupação do solo e subsolo** (art. 188, 3º). A construção acima desses parâmetros poderá ser feita mediante **outorga onerosa** do direito de construir ou emissão de Certificados de Potencial Adicional de Construção – **CEPACS** pelo Município (art. 191).

XIV OPERAÇÃO URBANA SIMPLIFICADA

Semelhante à OUC, a **Operação Urbana Simplificada (OUS)** tem por objeto intervenções de menor porte, a exemplo da **abertura de vias, implantação de equipamentos públicos, regularizações etc.**

XV URBANIZAÇÃO CONSORCIADA

A urbanização consorciada destina-se a áreas **irregulares, sem urbanização** ou em **desrespeito às normas ambientais**



Será utilizada em **empreendimentos conjuntos de iniciativa privada** e dos **poderes públicos federal, estadual e/ou municipal**, sob a coordenação deste último, visando à integração e à divisão de **competências e recursos** para a execução de projetos e obras específicos, com a participação de recursos privados obtidos através de contrapartidas dos proprietários, de consórcios ou da aplicação dos instrumentos de gestão do uso e ocupação do solo (art. 197).

Os próprios interessados **podem apresentar propostas ao Poder Público**. Lei específica disciplinará a aplicação do programa.

XVI CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO

É facultado ao proprietário de imóvel, incluindo aquele proprietário de área atingida pela **obrigação de parcelar e edificar compulsoriamente**, requerer ao Poder Executivo o estabelecimento de **consórcio imobiliário** como forma de **viabilização financeira** do aproveitamento do imóvel.



O proprietário **transferirá** ao Poder Público Municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas, ficando as demais unidades incorporadas ao patrimônio público (art. 200, §1º).

O Poder público poderá **aproximar os agentes privados interessados** no desenvolvimento de empreendimentos no local (art. 200, §7º).

XVII CONCLUSÕES

Com essas medidas, espera-se que o PD 2024 dinamize o setor imobiliário no seu ciclo de vigência, requalificando espaços urbanos centrais, fomentando desenvolvimento de novos empreendimentos, sem perder de vista o estímulo à regularização fundiária, a mitigação das vulnerabilidades e a redução do déficit habitacional.

Entretanto, observa-se a necessidade de edição de leis específicas sobre determinadas matérias, a exemplo da venda compulsória de bens imóveis arrecadados pelo Município, dos investimentos no entorno da Avenida Brasil, de alguns programas listados acima, como a locação social, a autogestão, a assistência técnica, OUCs, de modo a expandir o foco de desenvolvimento para além das áreas portuária e central.

Fonte: Cescon Barrieu Advogados e Prefeitura RJ

Especialistas mundiais criam documento sobre capacidades e riscos da Inteligência Artificial

Diretor do ICMC colabora com o trabalho desenvolvido no Reino Unido para orientar governos

O que acontece no final do filme? Máquinas e sistemas inteligentes superam a capacidade dos seres humanos e passam a controlá-los? Essas dúvidas, já abordadas várias vezes pela ficção científica, podem estar mais perto da realidade do que a gente imagina.

E essa é parte de uma conversa com o representante brasileiro em um comitê consultivo internacional formado pelo Governo do Reino Unido para desenvolver um relatório sobre as capacidades e riscos da Inteligência Artificial (IA).

O Professor André Ponce de Leon Ferreira de Carvalho é um dos especialistas que fazem parte desse comitê, convidado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O atual diretor do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da USP, em São Carlos, pesquisador principal do CEPID-CeMEAI e coordenador do Centro de Pesquisa Aplicada em Inteligência Artificial Recriando Ambientes (CPA IARA) está trabalhando com cientistas de outras 29 nações convidadas para a Cúpula de Segurança de IA do Reino Unido, da ONU e da UE.

André explica que em novembro de 2023, o Reino Unido organizou a primeira cimeira global sobre a segurança da inteligência artificial, no Bletchley Park, onde, na segunda guerra mundial, uma equipe liderada por Alan Turing, um dos pioneiros da IA, decifrou o código da máquina alemã Enigma.

“Da cimeira, participaram representantes de governos nacionais e da União Europeia, de empresas, da academia e da sociedade civil, incluindo o primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, a vice-presidente dos Estados Unidos, Kamala Harris e a presidente da Comissão Europeia, Ursula Von Der Leyen”.

Ainda segundo ele, no evento foram discutidos os riscos dos sistemas mais recentes e poderosos de IA, a IA de fronteira (frontier AI) e os participantes receberam um relatório intitulado AI Safety Summit- Capabilities and risks from frontier AI, apresentando as capacidades, os riscos da IA de fronteira e apontando para a necessidade de apoiar pesquisas no tema. O relatório foi revisado por um comitê de especialistas, coordenado pelo Professor Yoshua Bengio, da Universidade de Montreal, no Canadá-juntamente com os professores Geoffrey Hinton e Yann LeCun, Yoshua recebeu, em 2018, o Prêmio Turing, equivalente ao prêmio Nobel para a área de Computação. Os três são chamados de “Padrinhos da IA”.

André de Carvalho destaca um trecho apontado pelo relatório: “Estamos no meio de uma revolução tecnológica que trará grandes alterações à forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos. A IA pode transformar quase todos os aspectos da nossa economia e sociedade”.

Outro trecho, justifica: “Para aproveitar as oportunidades, devemos compreender e enfrentar os riscos. A IA apresenta riscos de formas que não respeitam as fronteiras nacionais. É importante que governos, universidades, empresas e sociedade civil trabalhem juntos para enfrentar esses desafios, que são complexos

e difíceis de prever, para mitigar os perigos potenciais e garantir os benefícios da IA para toda a sociedade”.

“O Reino Unido está trabalhando há muito tempo nesta proposta que, agora, se torna uma importante ferramenta para auxiliar os governos”, disse André, observando que, como já foi mencionado pelo Prof. Bengio, o documento não recomenda aos governantes como devem agir, nem vai propor como a IA pode ser regulada, mas resume o que a ciência sabe até o momento sobre as capacidades e os riscos dos sistemas de IA. “A decisão de como conciliar inovação e segurança em IA é dos formuladores de políticas públicas”, explicou.

André complementa afirmando que não se discute mais a força dessa tecnologia transformadora, com técnicas cada vez mais sofisticadas e complexas. Para ele, esse cenário futurista parecido com roteiro de filme de ficção científica já chegou. O que não é possível prever ainda são as consequências do mau uso da IA e de uma IA mais inteligente do que os seres humanos. “Por isso, a urgência em discutir e elaborar documentos como esse, feitos por especialistas em IA. Também ficou acordado que seguiremos redigindo documentos com informações que possam dar subsídios para que os governos se preparem, entregando a eles o conhecimento necessário, de acordo com o estado da arte, sobre o que pode acontecer com essa área, particularmente de seus riscos”.

“A preocupação é inclusive com o poder das máquinas, com o que elas poderão fazer, se podem deixar os seres humanos em segundo plano na tomada de decisões. Essa fala pode parecer exagerada, no entanto existe o receio, baseado em dados e algoritmos cada vez melhores. Devemos ser proativos no enfrentamento dos riscos”, falou André.

“Devemos trabalhar para que toda a evolução da IA, que tem sido rápida e impressionante, seja aplicada para o bem comum, para os avanços que melhorem a qualidade de vida em diversos setores, como na saúde, melhoria de diagnósticos, baratear desenvolvimento de novos medicamentos; no meio ambiente, combatendo as mudanças climáticas e a poluição no planeta; na economia, gerando melhores e mais empregos, reduzindo desperdícios e fraudes, e em tantos outros que já estão sendo beneficiados”.

“O Reino Unido, junto com União Europeia e as Nações Unidas, está dando um primeiro e importante passo, mas há ainda outros grandes atores da IA, como China e Estados Unidos, que precisam caminhar no sentido de desenvolver ações que possam eliminar ou reduzir os riscos, trazendo os benefícios, e que consigam evitar o mau uso da IA e a perda de controle, e da tomada de decisão, pelos seres humanos”, finalizou.

GiraBrasil Distribuidora realiza convenção com o tema ACELERA GIRA BRASIL

Há quase duas décadas no mercado a distribuidora realizou evento que contou com mais de 200 pessoas entre colaboradores, fornecedores e parceiros



Time de colaboradores da GiraBrasil

No dia 26 de janeiro, a GiraBrasil Distribuidora realizou sua Convenção, no Espaço DHouse, em Curitiba/PR. O tema “Acelera Gira Brasil somos uma tropa de Elite” evidenciou os 19 anos de história da empresa. Com a temática de portas abertas para todo o time de colaboradores e fornecedores, o evento foi um sucesso, e um marco na história da distribuidora, que planeja novos projetos e metas para 2024.

Foi um dia inteiro desenhado para possibilitar conhecimento, engajamento e reforço na relação entre o time comercial da distribuidora e os fornecedores parceiros que atendem a GiraBrasil Distribuidora há muitos anos.

O espaço DHouse contou com uma ambientação que imprimiu a sensação de competição com o tema automobilismo, com macacões, troféus, capacetes e vídeos das competições brasileiras, com portas abertas e pertencimento do negócio.

A sexta-feira foi completa, com a Diretora de Planejamento Estratégico, Viviane Katzwinkel, apresentando o planejamento da empresa com novos desafios para o time comercial. “Essa foi nossa virada de chave. O ano promete

muito e estaremos todos unidos em prol do sucesso da empresa”, destacou.

O bate papo enriquecedor contou com o CEO da empresa Alessandro Xavier, que destacou a história e o empreendedorismo da empresa nessas quase duas décadas para o todo o time comercial, além de representantes dos times de logística, administrativo, financeiro e RH, possibilitando uma sinergia de aprendizados e conhecimentos, que já enriquecem o dia a dia dos colaboradores da distribuidora, comandados pela Diretora Financeira, Andressa Xavier

O mercado e o time interno responderam de forma muito positiva a realização da convenção e seus resultados, como cita Xavier: “Realizar um evento na qualidade com a que realizamos, reforça não somente a presença e o peso da marca no mercado, reforçado pelos feedbacks que estamos recebendo, como também fortalece e engaja nosso time, sempre disposto a evoluir as tratativas com o nosso cliente com qualidade, segurança e informação. Foi, de fato, uma entrega que marcou, e de tantas que ainda virão”.



A nova geração da GiraBrasil - Eduardo e Sofia



Alessandro Xavier



Andressa Xavier homenageia colaboradora



Piloto Julio Campos



Convenção Acelera GiraBrasil



Cover do Elvis Presley



Diretores da GiraBrasil Distribuidora



Dia de muita integração!



Xavier e Viviane



Espaço recebeu o tema automobilismo

Além disso, o evento contou com a presença do piloto da Stock Car, Julio Campos, que traçou um paralelo na importância das pessoas como um time, em que não importa o segmento de mercado, a união faz a força.

O mercado e o time interno responderam de forma muito positiva a realização da convenção e seus resultados, como cita Viviane: “Foi um evento extremamente gratificante, em que mais de 200 pessoas puderam compartilhar conosco um dia de muita integração e novidades. Tenho certeza que nossa ‘tropa de elite’ está animada para os próximos passos no futuro da GiraBrasil”, enfatizou.

O encerramento do evento foi extremamente divertido com o show de Rogério Cordoni e Banda, com uma performance perfeita de cover de Elvis Presley, e com um standup do comediante Fernando Semmer, tornando o clima ainda mais agradável e divertido.

A GiraBrasil Distribuidora

Atua no mercado há 18 anos, com sede em Curitiba. A GiraBrasil é especialista na distribuição de produtos de perfumaria e higiene pessoal, para os segmentos: de farmácias, supermercados e lojas especializadas no ramo. A empresa tem como parceiros as maiores indústrias e as mais importantes marcas de produtos do mercado.

Está instalada em uma sede de 4.000 m² na capital paranaense, em que atendemos todos os Estados do Paraná e Santa Catarina. Conta com uma frota própria para entrega e uma equipe de colaboradores experientes e bem preparados, o que viabiliza e acelera o processo de distribuição e satisfação dos nossos clientes.

Comprometimento, responsabilidade, respeito e seriedade são os pilares da GiraBrasil com seus parceiros e clientes!

“Os loucos são os outros”

*José Roberto de Castro Neves**



Até o final da década de setenta do século XIX, Machado de Assis publicara romances bem escritos e bem comportados, como *A mão e a luva*, *Helena*, *Iaiá Garcia*. Seguiam um padrão, uma estética própria das novelas de amor. No final de 1878, Machado tem um problema grave na sua vista, fica incapacitado de ler e é obrigado a se cuidar.

Ele e Carolina, sua mulher, passam uma temporada em Nova Friburgo, região serrana do Rio de Janeiro, onde permanecem até março de 1879. Naquele período de cegueira, Machado vê algo diferente. Enquanto se curava, Machado elabora *O alienista* – um conto? Uma novela ou um pequeno romance? – e inicia a redigir *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

Em 1881, publica *Memórias póstumas*. No ano seguinte, 1882, *O alienista* é incluído, com outros contos, em *Papéis avulsos*. Machado havia cruzado uma ponte. Mergulhou no realismo. Mais do que isso, mergulhou o Brasil no realismo.

O alienista é uma obra-prima do sarcasmo.

O médico e cientista Simão Bacamarte – o alienista – desfruta enorme reputação. Depois de estudar na Europa, volta consagrado para o Brasil, estabelecendo-se na vila de Itaguaí. É um protegido das cortes. Bacamarte se entende como devoto adorador da ciência. Para ele, a ciência cura todos os males. Casa-se com a jovem viúva Dona Evarista, “não bonita nem simpática”. Faz isso por acreditar que Dona Evarista reunia boas condições fisiológicas – num equívoco do médico, pois sua mulher não lhe rendeu os esperados herdeiros.

Simão Bacamarte consegue construir, com dinheiro público obtido por meio de impostos (passou-se a tributar os

penachos utilizados pelos cavalos nas carruagens fúnebres), um monumental nosocômio, que denominou sanatório da Casa Verde, por conta das cores de suas janelas. O hospital seria dedicado a cuidar dos desprovidos de sanidade mental. Cabia a Bacamarte diagnosticar o louco. Em seguida, mandava retê-lo no sanatório. O cientista estava aficcionado em suas pesquisas e teorias.

Rapidamente, instaura-se o terror em Itaguaí. Sem critério objetivo, o alienista Bacamarte determinava a reclusão das mais diversas pessoas. Costa, um sujeito boa praça e estimado na cidade, foi levado ao hospital por emprestar sem cobrar juros, o que acabou por lhe trazer a ruína econômica. Um outro foi também preso no sanatório por gostar de observar as flores. Um rapaz teve sua reclusão ordenada por fazer um poema em homenagem à Dona Evarista. Bacamarte identifica um sem-fim de loucuras e transtornos. O número de internados cresce exponencialmente. Ninguém estava a salvo. Era o terror.

A comunidade de Itaguaí se rebelou contra os desmandos do alienista. O barbeiro Porfírio, munido de aspirações políticas, lidera o movimento contra Bacamarte e as prisões arbitrárias no hospício, no que ficou conhecido, nos anais da cidade, como a Revolta dos Canjicas – a partir do apelido do barbeiro. A guarda real, os “Dragões”, teve que intervir, protegendo a Casa Verde da destruição pela gente da cidade.

No momento crucial da Revolta, quando o capitão dos Dragões exige a rendição dos insurretos, o barbeiro responde heroicamente ao capitão: “Não nos dispersaremos. Se quereis os nossos cadáveres, podeis tomá-los; mas só os cadáveres; não levareis a nossa honra, o nosso crédito, os nossos direitos, e com eles a salvação de Itaguaí.”

Machado qualifica essas palavras, naquele momento, como imprudentes. “Era a vertigem das grandes crises”. Entretanto, a resistência reverberou. Alguns Dragões mudaram de lado. Rapidamente, deu-se uma reviravolta. O capitão se rendeu, entregando sua espada ao barbeiro, líder do movimento. O barbeiro Porfírio toma o poder da vila. Faz isso alegadamente em benefício do Rei. Passa a se qualificar como o “Protetor da Vila em nome de Sua Majestade e do povo”.

O poder de Porfírio dura pouco. Como o barbeiro tinha aspirações políticas, tentou compor com Simão Bacamarte, que seguiu no comando do hospício. As internações não cessam. O barbeiro perde credibilidade e apoio. Outro barbeiro, João Pina, inicialmente partidário de Porfírio, volta-se contra ele. Há a deposição do Canjica. O comando público se esgarça. Quando boa parte da cidade estava internada no hospício, o alienista Bacamarte, de forma surpreendente, acaba por rever suas verdades. Muda de orientação. Logo adiante, mudará outra vez, entendendo que sua teoria anterior estava equivocada. Liberta todos os “loucos”, e ele próprio se interna na Casa Verde. Ele passa a ser o objeto de seus estudos. Pouco mais de um ano se passa e Bacamarte morre, “sem ter podido alcançar nada”.

O alienista precede a Interpretação dos sonhos, de Sigmund Freud, lançado em 1900. Quase uma década antes, Machado de Assis já escrevia que seu Simão Bacamarte “estudava por todos os lados uma certa ideia arrojada e nova, própria a alargar as bases da psicologia”.

O alienista impõe a seguinte discussão: quem é o louco? Ainda: quem pode dizer onde está a loucura?

Entre as fraquezas humanas, a dificuldade da autocrítica ganha destaque. Somos péssimos juízes de nós mesmos e, ao mesmo tempo, os melhores juízes, segundo nossa convicção, do resto dos semelhantes. Os loucos são os outros.

Talvez a lição de *O alienista* – se é que Machado estava preocupado em dar lições – é a de que Simão Bacamarte, ao fim, reconhece ser ele próprio o grande mentecapto. Nossa busca pelo aprimoramento pessoal deveria passar por essa fase, na qual nós mesmos nos internamos para estudar nossas “loucuras”. Desde os primórdios da filosofia, o autoconhecimento serve como pressuposto da vida saudável.

Há uma pureza de propósito em Simão Bacamarte que assombra. O cientista tem convicções. Machado coloca em oposição o “honesto” Bacamarte e o “oportunista” barbeiro Porfírio, que assume uma causa, mas faz tudo em função

de uma agenda oculta. Os propósitos honestos, por mais disparatados que sejam, têm resiliência.

O conto traz um segundo tema de reflexão. Um tema sinistro.

Esse julgamento alheio, que fazemos mesmo por instinto, ganha maior repercussão na exata medida do poder do julgador. A capacidade de Simão Bacamarte identificar a loucura nos demais não teria grandes consequências se ele não tivesse o poder de mandar prender as pessoas no hospício à medida em que encontrava o que considerava um transtorno.

O arbítrio reluz quando se concentra na mesma pessoa o papel de acusador e juiz. O alienista detinha o poder de qualificar e definir o que se considerava a doença, indicar o louco e mandar prendê-lo. A sua opinião bastava.

Esse poder não convivia com o contraditório, nem tampouco com recurso. O alienista, independentemente de seus propósitos “puros”, tornou-se um tirano. Como adverte o Rei Cláudio – um usurpador e assassino – em *Hamlet*, “a loucura dos grandes precisa ser vigiada.”

Machado de Assis deixou aqui outra fundamental lição, agora não mais relacionada à nossa relação consigo próprio, mas relativa à vida em sociedade: não há Estado saudável quando os homens concentram o poder em excesso.

Num *plot twist* que só um gênio poderia conceber, *O alienista* de Machado de Assis incute-nos humildade para ser mais indulgentes com a nossa loucura e, de outro lado, mais críticos com quem exerce o poder. Faz parte do amadurecimento como ser humano reconhecer nossas fraquezas e dominar o desejo egoísta – e infantil – de controlar as pessoas ao nosso redor. O alienista percebe que o louco é ele. Assim começa a verdadeira cura.

Clássico, como se sabe, é aquilo que resiste ao tempo. O alienista prova sua longevidade, sua força como obra, quando conseguimos vê-lo claramente como uma fábula contemporânea.

Vivemos um período no qual a polarização política, infelizmente dominante, alimenta essa cultura de que “os loucos são os outros”. Isso virou normal (mas não é e não deveria ser). Pior, tal como no conto de Machado, o poder se concentra perigosamente. Viramos a Vila de Itaguaí?

A evolução das embalagens sustentáveis: Voith e 4evergreen alliance impulsionam projetos inovadores

- Voith intensifica seu envolvimento com a 4evergreen alliance, uma rede com mais de 110 participantes da cadeia de valor de embalagens à base de fibras;
- Em especial, Voith contribui com inovadoras tecnologias de depuração para embalagens sustentáveis, realizando uma série de testes em seu Centro de Tecnologia de Fibras (FTC);
- Objetivo da 4evergreen alliance: alcançar uma taxa de reciclagem de 90% das embalagens à base de fibras até 2030.

HEIDENHEIM. A fornecedora completa Voith está intensificando seu compromisso com a 4evergreen alliance em uma série de projetos pioneiros. Entre outras iniciativas, a empresa vem focando o desenvolvimento de processos inovadores para a desagregação de papéis-barreira em escala industrial. A aliança é composta por mais de 110 membros que participam de todo o ciclo de vida de embalagens à base de fibras – desde proprietários de florestas até produtores, designers, proprietários de marcas e recicladores. Juntos, os participantes compartilham seus conhecimentos para desenvolver ferramentas e diretrizes destinados a tornar o setor ainda mais sustentável. Como membro do grupo de trabalho de ‘Tecnologias Inovadoras de Reciclagem’ no fluxo de trabalho de Inovação da 4evergreen alliance, a Voith faz uma contribuição essencial para o desenvolvimento de novas soluções. Além disso, membros de outros fluxos de trabalho se beneficiam da experiência da Voith nas áreas de preparação de massa e reciclagem.

Bernd Gueldenberg, vice-presidente sênior de Pesquisa e Desenvolvimento da Voith Paper, destaca a importância da colaboração: “A Voith tem orgulho de ser um dos principais fornecedores de tecnologia da 4evergreen alliance, desenvolvendo soluções inovadoras para o setor papelero. Nossa experiência nas áreas de preparação de massa e reciclagem nos permite enfrentar os desafios do setor para aumentar ainda mais sua sustentabilidade.”

A atuação da Voith está principalmente voltada para a pesquisa e o desenvolvimento de conceitos inovadores de desagregação para aumentar a reciclabilidade das embalagens à base de fibras. Para isso, as múltiplas capacidades do Centro de Tecnologia de Fibras (FTC) da Voith desempenham uma



função essencial. O FTC funciona como um ambiente de teste para a reciclabilidade de papéis-embalagem, permitindo a pesquisa e o desenvolvimento de soluções sustentáveis em estreita colaboração com outros membros da aliança.

Embalagens sustentáveis na UE

A 4evergreen alliance estabeleceu a meta de alcançar uma taxa de reciclagem de 90% das embalagens à base de fibras até 2030. Essas embalagens desempenham um papel fundamental na economia circular: com a impressionante taxa de reciclagem de 82,5%, elas já fazem uma contribuição significativa à sustentabilidade. Em comparação com a reciclabilidade de outros materiais, como metais (74,8%), vidros (74,9%) ou plásticos (39,7%), a reciclabilidade das embalagens à base de fibras se destaca. Além disso, as embalagens à base de fibras têm um excelente desempenho em termos de proteção climática. O setor papelero europeu, por exemplo, reduziu suas emissões de dióxido de carbono em 48% desde 1990, e mais de 60% de sua energia provém de fontes renováveis – o nível mais alto de todos os setores da economia. Por fim, as embalagens à base de fibras também estão conquistando os consumidores. Consumidores europeus, por exemplo, preferem embalagens fabricadas em papel e papelão por causa de sua sustentabilidade. Para 62% dos consumidores europeus, esse tipo de embalagem é menos nocivo para o meio ambiente, e 57% o consideram mais fácil de reciclar em comparação com outros tipos de embalagens.

A Regra é não ter regras

A Regra é não ter regras: A Netflix e a cultura da reinvenção, de Reed Hastings e Erin Meyer.

Nunca houve uma empresa como a Netflix. De um serviço de locação de DVDs por correio a uma superpotência de *streaming*, em vinte anos a companhia se tornou um dos principais nomes das indústrias de entretenimento do mundo, com 180 milhões de assinantes e presente em 190 países.

Co fundador, presidente da empresa e CEO da empresa, Reed Hastings se une à especialista no mundo dos negócios Erin Meyer para falar pela primeira vez sobre a cultura que transformou a marca em um exemplo inigualável de criatividade e adaptação.

“A Regra é não ter regras” é da **Intrínseca Editora**.



GAIA SILVA GAEDE
ADVOGADOS

- ◆ Tributário
- ◆ Societário
- ◆ Regulatório
- ◆ Civil Empresarial
- ◆ Trabalhista
- ◆ Previdenciário

Nova lei de licitações



Lucas Miglioli, sócio-fundador do escritório M3BS Advogados

A partir desse ano, a Lei nº 14.133 de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) passa a ser a única legislação vigente para a realização de compras públicas no País. Além de unificar a legislação até então vigente, a nova lei, traz maior transparência, eficácia e agilidade para as licitações e para a execução dos contratos administrativos.

Confira o que muda, segundo o especialista em licitações e sócio-fundador do escritório M3BS Advogados, Lucas Miglioli, membro da Comissão Permanente de Governança e Integridade da OAB/SP e da Comissão Especial de Compliance da OAB/SP

Nova lei de licitações: o que muda com a nova regra que entra em vigor esse ano

A partir desse ano, a Lei nº 14.133 de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) passa a ser a única legislação vigente para a realização de compras públicas no País. União, Estados, Municípios e Distrito Federal deverão observar as normas gerais de licitação e contratação estabelecida na nova lei, em substituição à Lei 8.666 de 1993 – que era base para os contratos na administração pública. Além de unificar a legislação até então vigente, a nova lei, traz maior transparência, eficácia e agilidade para as licitações e para a execução dos contratos administrativos. Agora, todas as contratações feitas pelo Poder Público estado deverão seguir a nova regra, trazendo uma série de desafios tanto para os órgãos contratantes quanto para as empresas fornecedoras, segundo o especialista em licitações e sócio-fundador do escritório M3BS Advogados, Lucas Miglioli.

“Apesar de já estar valendo, muitos administradores públicos não se prepararam para a mudança e vão enfrentar sérios problemas para fazer as novas contratações”, explica Miglioli. Segundo o especialista, que também é membro da Comissão Permanente de Governança e Integridade da OAB/SP e da Comissão Especial de Compliance da OAB/SP, “apesar do tempo para início da vigência da regra ter sido de dois anos, ainda há muitas áreas de licitação que não se preparam completamente para atender as novas regras. Devemos ter um período complexo que pode gerar atrasos e insegurança jurídica”, complementa.

De qualquer forma, a nova lei de licitações representa um importante marco nos negócios públicos, especialmente pela introdução da uniformização na aplicação das normas e da

atuação dos agentes públicos envolvidos. Ela também traz as diretrizes da segregação de funções e do planejamento, melhorias nos critérios e julgamento e nos modos de disputa, entre mais de duas dezenas de pontos que tentam fortalecer o instrumento de contratação pública, incluindo aí aspectos conectados a governança e averiguação de conformidade legal dos participantes de certames licitatórios. “O texto final é resultado da congregação da experiência tida com procedimentos previstos em diplomas legais específicos e das extensas discussões sobre o tema, em especial nos Tribunais de Contas e na doutrina, incorporando ferramentas contra a ineficiência e a corrupção”, explica Miglioli.

A nova lei abarca os seguintes tópicos e traz as seguintes modificações:

- Planejamento da contratação e modalidades de licitação;
 - Novo Sistema de Compras do Governo Federal;
 - Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
 - Julgamento objetivo;
 - Seleção de fornecedor e sustentabilidade;
 - Centralização das contratações e gestão dos contratos: a governança para a ser uma ferramenta de combate à corrupção, criando mecanismos como atribuição de responsabilidade à alta administração do órgão ou entidade – que passa a ser obrigada a implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos;
 - Sanções;
 - Ações afirmativas;
- Segundo o especialista, “É importante ressaltar que a nova lei é uma ferramenta para alcançar sua própria razão de ser: obter a proposta mais vantajosa aos interesses públicos. Além disso, dá mais flexibilidade às licitações quando comparada as leis anteriores, que exigiam uma espécie de um modelo único”, finaliza Miglioli.

O Miglioli, Bianchi, Borrozzino, Bellinatti e Scarabel Advogados é uma sociedade de advogados constituída por profissionais com ampla experiência no mercado. É full service na área empresarial de Saúde Suplementar, atendendo Operadoras de Planos de Saúde, Administradoras de Benefícios, Hospitais, Seguradoras, Centros Diagnósticos, Clínicas, Consultórios, Corretoras de Seguros e de Planos de Saúde, Médicos, Operadoras Odontológicas, Clínicas Odontológicas, Dentistas e demais atores do segmento de Saúde. Tem como missão aprimorar o ecossistema de saúde brasileiro.

CBIC participa do lançamento do plano de ação “Nova indústria Brasil”



A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) participou, nesta segunda-feira (22), do lançamento do plano de ação “Nova Indústria Brasil”. A iniciativa, apresentada pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CNDI) ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, visa fomentar um maior desenvolvimento da indústria brasileira até 2033. Até 2026, o plano visa disponibilizar R\$ 300 bilhões voltados a financiamentos para a nova política industrial.

Para que o país se torne cada vez mais competitivo, os empresários precisam acreditar no Brasil, destacou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “O plano de ação é importante para que o Brasil volte a ter uma política industrial, inovadora e digitalizada, como o mundo exige hoje”, disse.

Segundo o presidente da República, o compromisso conjunto é essencial para que haja um avanço na indústria nacional e o país atinja o pleno desenvolvimento ao qual é capaz de chegar.

De acordo com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), a iniciativa é fundamental para atrair mais investimento e melhorar a produtividade no Brasil. “O processo para a neointustrialização demonstra o compromisso do governo com uma indústria mais inovadora, verde, sustentável, exportadora e competitiva”, frisou.

Renato Correia, presidente da CBIC, destacou que o plano de ações para o “Nova Indústria Brasil” conta com missões importantes para o desenvolvimento da indústria brasileira. “Este está sendo o primeiro passo de uma grande missão e consolidar um projeto dessa magnitude não é tarefa fácil, precisa de acompanhamento e monitoramento”, pontuou Correia.

“Nosso setor enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à mão de obra, e a industrialização é um processo fundamental para se avançar e assegurar a entrega de mais habitação, saneamento e infraestrutura de qualidade”, apontou.

O plano apresentado ao governo consiste em seis principais missões:

Missão 1

Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética;

Missão 2

Complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde;

Missão 3

Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e bem-estar nas cidades;

Missão 4

Transformação digital da indústria para ampliar a produtividade;

Missão 5

Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energética para garantir os recursos para as futuras gerações;

Missão 6

Tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais. de contratações públicas para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção

Novo PAC deve levar internet de qualidade às escolas de todo o país



Projetos dos âmbitos municipal, estadual e federal, com foco em promover o acesso universal à informação às instituições de ensino, ganham destaque também na área de inclusão digital e conectividade.

Um dos assuntos mais comentados em 2024, a reformulação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), pode colocar o mercado de telecomunicações em outro patamar no desenvolvimento econômico e industrial no Brasil. A expectativa é que o programa, que deve mobilizar um montante de aproximadamente R\$ 1,4 trilhão em investimentos nos próximos três anos, promova um avanço sustentável em diversas áreas da economia.

Segundo o COO da Fibracem, indústria com capital 100% nacional e especializada no mercado brasileiro de comunicação óptica, Eryck El-Jaick, no que tange à provisão de internet no Brasil, o PAC pode viabilizar mais investimentos em infraestruturas de redes de fibra óptica e, com isso, contribuir para uma expansão mais robusta da conectividade no país.

“A ampliação da banda larga e a implementação do 5G impulsionará não apenas a produtividade e a inovação das indústrias de Telecom, mas também viabilizará a inclusão digital em vários segmentos”, afirma o executivo da Fibracem.

Um desses setores é a Educação. Conforme ele destaca, mesmo que o segmento tenha um eixo de investimento exclusivo no PAC, projetos dos âmbitos municipal, estadual e federal, focados em promover o acesso universal à informação nas instituições de ensino, ganham destaque também na área de inclusão digital e conectividade.

“Temos percebido grandes empresas parceiras – que atuam na linha de frente da construção de infraestrutura de rede –, que já estão trabalhando em projetos a partir desse incentivo do programa para garantir mais conectividade nas escolas, inclusive naquelas localizadas em regiões mais afastadas dos centros urbanos”, afirma Eryck.

Iniciativas como a dessas grandes empresas tem gerado, também, um aumento diversificado nas demandas de fábricas especializadas, como é o caso da Fibracem, que vai desde o suporte técnico para a concepção de projetos até a personalização de produtos. “Expandimos nossa equipe técnica para auxiliar na concepção desses projetos e para o desenvolvimento de novos produtos. Essa iniciativa também resultou em um aumento na mão de obra direta para atividades de montagem, inspeção e logística dos produtos”, enfatiza a CEO da companhia, Carina Bitencourt.

Licitações devem ser o principal caminho para alavancar projetos

O Novo Programa de Aceleração do Crescimento tem fomentado ainda o mercado das grandes operadoras de Telecom. Para o COO da Fibracem, já é perceptível um movimento entusiasmado de empresas que estão cada vez mais engajadas em participar de processos licitatórios para desenvolverem projetos que promovam a conectividade em todo o país, inclusive nas regiões mais remotas.

“Essa parceria entre o governo e o setor privado é fundamental para garantir o sucesso e a eficácia do programa, pois permite o aproveitamento do conhecimento e da experiência das empresas especializadas em telecomunicações na implementação de soluções de conectividade de ponta”, finaliza.

Projeções para 2024: Kantar aponta melhoria no consumo em toda a América Latina

De acordo com pesquisa, Brasil será o protagonista nessa ascensão

Com base no estudo Consumer Insights 2023, a Kantar, líder em dados, insights e consultoria, projeta que o consumo de bens massivos na América Latina deve continuar em alta em 2024. O levantamento acompanha o comportamento dos latino-americanos de maneira contínua, trazendo uma visão em 360 graus desse consumo.

Com a redução geral da pressão de consumo, a empresa vê melhorias para todos os países da região em 2024. O Brasil é o protagonista. Isso se deve à recuperação das missões de abastecimento, passando de -3% em 2022 para +9% no ano seguinte. Ainda assim, as pequenas ocasiões seguem importantes – de +4% para +8%, respectivamente.

“A continuação do crescimento no Brasil é esperada para 2024. Ao combinar ferramentas incorporadas ao consumidor com menor desemprego e a inflação sob controle, o consumo de bens massivos deve permanecer com desempenho forte”, comenta Aurélia Vicente, Diretora de Data & Delivery da Kantar.

A ascensão na América Latina, no entanto, ainda está atrasada em relação a outras regiões. A despesa média dos latino-americanos, por exemplo, é 30% inferior à dos britânicos. Ainda assim, ao olhar para o volume indexado da cesta desde 2007, a região foi a que mais se desenvolveu no longo prazo.

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156 - Conj. 402/4º andar, Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20.040-003

Tel.: (21) 2217-5555 | Whatsapp: (21) 96925-0202 | e-mail: ibefrio@ibefrio.org.br

Institucional: ibefrio.org.br | Programação: agenda.ibefrio.org.br | Locação de Ambientes: loc.ibefrio.org.br

LinkedIn: [ibef-rio](https://www.linkedin.com/company/ibef-rio) | Instagram: [@ibef_rio](https://www.instagram.com/ibef_rio) | Facebook: [ibefrio](https://www.facebook.com/ibefrio)

BIÊNIO 2021/2023 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Ricardo Emmanuel Vieira Coelho

Vice-presidente: Márcio João de Andrade Fortes

Membros: Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Mônica Oliveira Costa Pinto Bendia, Sérgio Burrowes Raposo e Thomas Kliem

CONSELHO FISCAL

Presidente: Jorge Saul Doctorovich

Membros: Gustavo Carvalho Pierotti

Suplentes: João Carlos Reichmann Mader, Paulo Sergio Costa Lima Marques e Roberto Bar

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Gustavo Damázio de Noronha

1º Vice-presidente: Sérgio Burrowes Raposo

Vice-presidentes: Fernando Potsch de Carvalho e Silva, Mônica Oliveira Costa Pinto Bendia e Patricio Marques Roche

Secretário Geral: Marcos Chouin Varejão

DIRETORIA VOGAL

Consultar em: <http://www.ibefrio.org.br/secoes/page/64/Diretoria-Vogal>

Revista IBEF

Conselho Editorial

Eduardo Facó Lemgruber,
Eduardo Lucano, Henrique Luz,
José Gandelman, Márcio Fortes,
Marcos Chouin Varejão, Mario Lopes,
Nilton Molina, Roberto Lima Netto e
Sidney Rezende.

Editor Responsável

Eduardo Cantidiano

Jornalista

Vilma Goulart (MTB 18585)

Distribuição

Rosângela Cavalcante

Programação Visual

Red Design Comunicação

Fotos

Banco de imagens Red Design,
Unsplash, Pixabay, Pexels, iStock e Burst

Publicidade e Marketing

EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 99619-0771

Docentes da ESALQ estão entre os melhores cientistas de economia e econometria



Avaliação via ranking AD Scientific é baseada em performance científica e no valor agregado à ciência por cientistas individuais

Em seleção realizada pela AD Scientific Index, ranking no qual os pesquisadores mais citados no Google Acadêmico aparecem, docentes da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), despontam entre os 100 melhores cientistas de Economia e Econometria em 2024. A avaliação é efetivada via sistema de classificação e análise baseado no desempenho científico e no valor agregado da produtividade científica de cada pesquisador.

Na Esalq, os selecionados concentram-se no Departamento de Economia, Administração e Sociologia, onde desenvolvem atividades acadêmicas na graduação e na pós-graduação.

RANQUEADOS E CLASSIFICAÇÕES

Entre os 100 mais destacados economistas nesta lista, encontram-se:

- Décio Zylberstajn (oitavo lugar),
- Pedro Valentim Marques (décimo primeiro lugar),
- Ana Lúcia Kassouf (vigésimo quinto lugar),
- Carlos José Caetano Bacha (septuagésimo quinto lugar)
- Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros (nonagésimo terceiro lugar)

SOBRE O RANKING

AD Scientific Index - Alper Doger Scientific Index - é um ranking baseado em performance científica e o valor agregado à ciência por cientistas individuais, diferentemente de outros sistemas que avaliam revistas e universidades. Inaugurado em 2021, os professores Murat Alper e Cihan Doger, usaram os dados dos últimos seis anos extraídos do google scholar.

O ranking avalia cientistas de 11 áreas, sendo elas: agricultura e floresta, artes, design e arquitetura, negócios e administração, economia e econometria, educação, engenharia e tecnologia, história, filosofia, teologia, direito/estudos legais, ciências da saúde e medicina, ciências naturais, ciências sociais e outros. É possível explorar a lista a partir das áreas de conhecimento, das mais de 20 mil instituições, pelos países, regiões ou considerando o mundo todo.

Os 100 melhores cientistas podem ser classificados globalmente ou especificamente para as regiões, incluindo África, Ásia, Europa, América do Norte, Oceania, Liga Árabe, EECA, Brics, América Latina e COMESA, sem qualquer discriminação por áreas temáticas.

Economia de até 40% na sua conta de luz e energia renovável no Mercado Livre

Empresas de todo o Brasil já estão migrando para o Mercado Livre de Energia com a Tyr, **economizando mais de R\$ 100 MILHÕES** na conta de luz e consumindo energia renovável

Confira outros diferenciais que fazem da Tyr a maior varejista de energia do Rio:

- ▶ Economia garantida com os maiores descontos do mercado
- ▶ Melhor atendimento antes, durante e depois da migração para o Mercado Livre
- ▶ Aplicativo exclusivo para monitoramento de consumo
- ▶ Boleto único
- ▶ Energia renovável

O FUTURO DA ENERGIA CHEGOU!
Ele é mais barato, sustentável e inteligente.



QUEM TEM
VISÃO ESTRATÉGICA
REDUZ O
RISCO
DO SEU NEGÓCIO.

Gestão, compra e venda de empresas, avaliação dos processos, sociedade desfeita.

A falta de planejamento pode originar um risco empresarial.

Um **diagnóstico** é necessário no sentido de **conhecer os problemas** e **gerar soluções**.



FAÇA SUA ESCOLHA.

Presente em 580 escritórios e 82 países.



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers



BKR
INTERNATIONAL

INDEPENDENT
MEMBER



55 21 2156-5800

SEDE: Rio de Janeiro - RJ | São Paulo - SP | Belo Horizonte - MG | Recife - PE | Brasília - DF

novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br | www.lopemachado.com